



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
31/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
31/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

Aos trinta e um dias do mês de março de dois mil e dezasseis, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Paulo Jorge Campos Vicente, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:35 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 8, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MARÇO DE 2016
3. REQ. N. 1724/15, DATADO DE 18/11/2015 – PC N.º 432/15, DATADO DE 18/11/2015 – MARIA JÚLIA CONCEIÇÃO SILVA ALVES
4. REQ. N. 1672/15, DATADO DE 12/11/2015 – PC N.º 423/15, DATADO DE 12/11/2015 – LUÍS MIGUEL RODRIGUES SAPATEIRO
5. REQ. N. 315/16, DATADO DE 04/03/2016 – PC N.º 338/15, DATADO DE 21/09/2015 – MR 99 – COMPRA E VENDA DE PROPRIEDADES UNIPOESSOAL, LDA.

6. REQ. N. 241/16, DATADO DE 22/02/2016 – PC N.º 59/16, DATADO DE 22/02/2016 – JOAQUIM CRUZ ALEXANDRE E MARIA LEONILDE DA LUZ ALEXANDRE
7. REQ. N. 126/16, DATADO DE 29/01/2016 – PC N.º 37/16, DATADO DE 29/01/2016 – MEGATECHIND - INDÚSTRIAS MARINHA GRANDE, LDA.
8. REQ. N. 305/16, DATADO DE 02/03/2016 – PC N.º 235/12, DATADO DE 09/08/2012 – MARIA JESUS SIMÕES
9. REQ. N. 270/16, DATADO DE 26/02/2016 – PC N.º 446/15, DATADO DE 02/12/2015 – CARLOS ALBERTO OLIVEIRA GOMES
10. REQ. N. 1905/15, DATADO DE 17/12/2015 – PC N.º 399/15, DATADO DE 27/10/2015 – ANTÓNIO AUGUSTO AMARAL
11. REQ. N. 421/16, DATADO DE 18/03/2016 – PC N.º 94/16, DATADO DE 18/03/2016 – CARLOS FERNANDO FERREIRA JULIÃO
12. REQ. N. 358/16, DATADO DE 10/03/2016 – PC N.º 388/13, DATADO DE 18/10/2013 – VENCESLAU LOLA FERREIRA
13. REQ. N. 255/16, DATADO DE 23/02/2016 – PC N.º 69/12, DATADO DE 12/03/2012 – ANTÓNIO LOURENÇO SIMÕES
14. REQ. N.º 20/16 – PC 1011/02 – JOAQUIM NETO MATIAS, IDALECIO GUERRA RODRIGUES E JORGE MANUEL FERREIRA BOIÇA
15. REQ. N. 373/16, DATADO DE 11/03/2016 – PC N.º 53/16, DATADO DE 15/02/2016 – PAULO JOSÉ CALADO SIMÃO
16. E/632/2016 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE GÁS NATURAL
17. E/1969/2016 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO DE BAIXADA ELÉTRICA
18. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 128º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS E NOS TERMOS DO PRECEITUADO NO N.º 5, DO ARTIGO 75º, DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

19. REVISÃO DA RENDA SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO DE RUI PAULO DUARTE FRAGATA, INQUILINO RESIDENTE NA RUA ANTÔNIO LOPES N.º 58, CAMARNAL, POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.
20. ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR (AAAF) E DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO (CAF) DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE 2016-2017 - DEFINIÇÃO DE TABELAS PARTICIPAÇÃO FAMILIAR
21. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO E PROPOSTA DE ADMISSÃO E EXCLUSÃO DE CANDIDATURAS – ÁREA CULTURAL
22. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO E PROPOSTA DE ADMISSÃO E EXCLUSÃO DE CANDIDATURAS – ÁREA DO DESPORTO
23. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO E PROPOSTA DE ADMISSÃO E EXCLUSÃO DE CANDIDATURAS – ÁREA SOCIAL
24. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO E PROPOSTA DE ADMISSÃO E EXCLUSÃO DE CANDIDATURAS – OUTRAS ATIVIDADES
25. RESUMO DE TESOURARIA
26. REQ. N. 394/16, DATADO DE 15/03/2016 – PC N.º 91/16, DATADO DE 15/03/2016 – REINADOS E PREDICADOS LDA

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Inscreveram-se os seguintes munícipes:

1 – Sr. Júlio Franco Rosa, residente na Rua General Humberto Delgado, n.º 20, Marinha Grande, que pretende obter resposta aos assuntos que abordou na última reunião da Câmara, designadamente:

- O que se passou com o Tribunal de Comércio? Pretende saber a versão oficial, uma vez que na reunião anterior o Sr. Presidente não lhe respondeu.
- Já há alguns anos que vem chamando a atenção para a necessidade de podar as árvores do parque da Mobil.
- Qual o ponto de situação de:
 - jazigo construído no cemitério da Marinha Grande;
 - resposta à questão colocada pela Sr.ª Vereadora do + Concelho sobre o dinheiro da venda da lenha;
 - quais as verbas do orçamento para águas e saneamento;
 - controle da água dos fontenários.

Pensa que o Sr. Presidente não percebeu o que estava subjacente às suas perguntas, que é o zelar pela saúde pública, que não se cuida só a jusante, com postos médicos e hospitais, mas também a montante, com uma boa rede de águas e com água salubre nos fontenários. Esta função cabe à administração local, que, tal como o fazem outros municípios, deve informar os seus munícipes.

Por fim, referiu a informação referente à cobertura da rede de água em quase 100% do concelho e a rede de esgotos a 85%, pelo que questiona para quando os 100%, assim como pergunta do que se está à espera para construir o mercado municipal.

2 – Sr.ª Emília Piedade Almeida, residente na Rua do Pinheiro Manso, n.º 24, Pero Neto, Marinha Grande, que pretende falar sobre assuntos relacionados com o lugar do Pero Neto.

A munícipe não compareceu.

3 – Sr. Joaquim Loureiro Andrade, residente na Praceta do Vidreiro, n.º 4, 2.º esq.º, Marinha Grande, que disse que não vai fazer perguntas mas sim abordar assuntos que constatou, que identifica no documento escrito que entregou ao Sr. Presidente e que se anexa à presente ata (**Anexo 1**), e que são resumidamente o seguinte:

- A fatura de água que recebeu não tem a indicação para se poder pagar por Multibanco e o seu endereço não está correto, pois já há bastantes anos que a Praceta Vítor Gallo mudou para Praceta do Vidreiro.
- A estátua e o brasão existentes no Jardim Luís de Camões estão muito degradados, apesar da intervenção que ali foi feita e de há mais de um ano um Sr. Vereador ter alertado para esta situação.

- Chamou a atenção para a quantidade de pedras soltas existentes no Parque da Cerca e que servem de brincadeira às crianças, e também para o facto de a informação relativa ao telefone público estar desatualizada, uma vez que indica uma cabine telefónica na Praça do Vidreiro, que já não existe.
- A informação sobre o telefone público do Parque Mártires do Colonialismo também está ultrapassada.
- Também neste Parque, realçou as situações que no seu entender não respeitam a lei, como sejam, a falta de vedação total do espaço dos brinquedos das crianças, falta de instalações sanitárias, o bebedouro está fora da área protegida, em zona onde podem passar viaturas, há ramos de árvores a precisar de serem cortados, as superfícies de impacto não são adequadas, porque não podem ser de tijolo ou pedra, os cabos do baloiço para as crianças mais pequeninas estão há meses por reparar. Lembrou ainda que não existe uma barreira física que proteja o parque das viaturas que circulam a grande velocidade na Av.ª Dr. José H. Vareda. Muitas destas situações já foram apontadas por si em carta datada de março de 2012, e hoje constata que se encontram na mesma. Será que o PEM pode dar uma ajuda?
- A festa da Primavera foi bonita, teve muito movimento no centro tradicional, mas houve alguém que estranhou que o “outro centro tradicional” não tenha sido contemplado. Esta observação reveste-se de alguma ironia, uma vez que desde 2014 que alertou para uma placa colocada em Casal da Formiga, com a indicação de “Rua do Centro – Centro Tradicional da Marinha Grande”, quando é um gaveto ou beco, conforme consta nas Finanças.
- Alertou ainda para a necessidade de os padrões da cidade serem cuidados e lavados, de forma a darem uma imagem digna.
- Terminou a sua intervenção desejando que depois da apresentação do PEM e da entrevista do Sr. Presidente, as situações sejam resolvidas, recordando que é preciso que as ações a desenvolver sejam acompanhadas no terreno.

O Sr. Presidente respondeu o seguinte ao Sr. Júlio Rosa:

⇒ Tribunal do Comércio – pessoalmente não tem conhecimento que era para ser instalado na nossa comarca, e não houve qualquer tomada de posição da Câmara nesse sentido.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** acrescentou que de início se falou nessa possibilidade mas que não sabe mais nada.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** referiu que houve várias versões, não definitivas, do novo mapa judiciário, mas posteriormente o Ministério da Justiça evoluiu noutro sentido. Agora a nova Ministra refletiu sobre este assunto e disse que poderá haver alterações. Na altura as Câmaras Municipais não foram ouvidas, e o que se poderá agora questionar é se não poderiam ter feito mais pressão.

⇒ Parque mobil – está previsto a sua requalificação, com o interface de transportes urbanos. Eventualmente algumas das árvores serão sacrificadas, sendo plantadas

outras noutros locais considerados convenientes. As árvores existentes já foram podadas há cerca de 2 anos, mas a verdade é que crescem e depois ofuscam os candeeiros de iluminação pública.

- ⇒ Jazigo – foi feito o levantamento dos proprietários das sepulturas e só depois de concluído o processo se apurará quais as sepulturas que sobram para uma eventual permuta.
- ⇒ Venda da madeira – a questão foi respondida na altura, por escrito, ao + Concelho. A madeira está a ser utilizada para aquecimento das caldeiras, porque não valia a pena vendê-la, atendendo aos preços.
- ⇒ Água dos fontenários – respondeu na reunião passada. Os que são abastecidos pela água da rede têm a indicação de que são analisadas. A água que não é da rede tem uma placa a dizer, tal como a lei define, que é água não controlada. A Câmara só responde pela água que analisa.
- ⇒ Abastecimento de água – a rede não cobre 100% mas quase, falta a Rua da Wernhagem.
- ⇒ Rede de saneamento – os números divulgados são os dados do PDM, assentes nos censos de 2011, contudo, depois dessa data, já foram feitas mais redes, nomeadamente nas Trutas e Pero Neto.

O Sr. Presidente respondeu o seguinte ao Sr. Joaquim Andrade:

- ⇒ Agradeceu a carta que deixou e que vai ler com atenção.
- ⇒ Fatura de água – a fatura não tem a referência Multibanco porque o Sr. Andrade paga a água por débito em conta.
- ⇒ Parques infantis – têm sido assiduamente controlados e vistoriados, e têm sido executadas as obras e colmatadas as deficiências que apresentam, mas irá ver o que se passa relativamente à segurança dos equipamentos, especialmente os das crianças.
- ⇒ Agradeceu todos os alertas e lamentou que infelizmente ainda se verifiquem muitos atos de vandalismo, como foi o caso das árvores que foram plantadas recentemente e que apareceram partidas ou foram arrancadas.



PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Vereador António Santos cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- ⇒ Salientou as intervenções dos munícipes atentos, que cumprem o seu dever cívico, referindo que assina por baixo tudo o que disseram. Regozija-se especialmente pela

“fibra” demonstrada pelo Sr. Júlio Rosa, que conhece bem, desejando que continue assim.

- ⇒ Ao Presidente da Câmara eleito, e que agora renunciou, Dr. Álvaro Pereira, desejou as rápidas melhoras e sucesso na vida, e que a sua vida seja uma obra de arte, tal como preconizam as frases célebres que citou.
- ⇒ Ao atual Presidente da Câmara, deixou as melhores felicitações e desejo de sucesso, e que a sua força e tenacidade contribuam para o bem do concelho, pois será bom para todos.
- ⇒ PEM – recordou que o Orçamento Municipal para 2016 é muito mais do que o PEM e que há muitas mais obras para fazer.
- ⇒ Desejou melhoras rápidas ao judoca Saraiva, porque o judo precisa dele.
- ⇒ Por último, deixou o alerta para o facto de ontem a sua esposa ter telefonado para dar a contagem da água e ninguém ter atendido.

O Sr. Vereador Carlos Logrado cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- ⇒ Regozija-se com a presença dos munícipes e com as suas intervenções.
Entende que mesmo as críticas mais injustas são fundamentais à evolução dos processos. Gostou, e ficou muito contente com as duas intervenções, porque há muita coisa para melhorar. No nosso concelho a fase mais avançada é a do diagnóstico das situações, que está feito, agora o que é preciso fazer é encontrar soluções para resolver e mudar as situações. Os colaboradores da Câmara estão super ocupados, mas dever-se-á perguntar se estão todos bem ocupados e o que se deve fazer para mudar ou alterar a metodologia. É preciso haver tempo para pensar, porque não se pode ter uma atitude de “bombeiro a apagar fogos”, mas sim de resolver a fonte do problema. A Câmara está num processo de melhoramento acelerado e já há medidas que estão a dar resultados, por isso conta com os inextinguíveis esforços dos funcionários, porque se está no caminho certo.
- ⇒ Relativamente à crítica sobre a falta da referência Multibanco, disse que a primeira ideia é de que teria havido um erro, o que não é verdade, uma vez que a opção pela transferência bancária faz com que o sistema anule o pagamento Multibanco. De seguida enumerou as várias possibilidades para pagamento da fatura da água e a forma como é efetuado cada um dos processos. Considera que a crítica foi injusta, porque o sistema está a funcionar bem. Talvez o que não esteja a funcionar tão bem seja a adesão, o que por vezes até poderá ser por culpa da Câmara.
- ⇒ Referiu que mais tarde falará sobre o modelo econométrico da alimentação escolar.
- ⇒ Felicitou o novo Presidente da Câmara, a quem manifestou a sua disponibilidade para o ajudar.
- ⇒ Deixou um agradecimento ao ex-Presidente da Câmara, Dr. Álvaro Pereira, de quem foi fortemente crítico, embora entenda que agora não é o momento para falar dessas divergências, pois tem grande respeito e apreço por quem serve

publicamente, por se tratar da ação mais nobre de cidadania. Pessoalmente, como cidadão, está-lhe grato pelo serviço que prestou à comunidade, pelo que propôs que hoje fique lavrado um agradecimento público, independentemente das grandes divergências políticas.

O Sr. Vereador Vítor Pereira cumprimentou todos os presentes.

- ⇒ Seguidamente solicitou à Sr.^a Vereadora Cidália Ferreira o seguinte:
- Informação sobre o programa das comemorações do 25 de abril, designadamente dados sobre os custos;
 - Perguntou se já arrancou ou não a recuperação do relvado sintético da Zona Desportiva? Sabe que houve problemas com o concurso, mas como está muito degradado é urgente.
 - Perguntou ainda qual o ponto de situação do apoio ao sintético do Clube Desportivo da Garcia e se já há alguma ideia de como se poderá resolver o problema do sintético do ACM? Sabe que não será fácil, mas a Câmara tem a sua quota-parte de responsabilidade, e o não pagamento implica a falta de certificação do sintético.
- ⇒ Relativamente ao Dr. Álvaro Pereira, disse que ele sabe que, independentemente das divergências políticas, é seu amigo. Mas estas divergências políticas levam-no a não concordar com o Sr. Vereador Carlos Logrado em aprovar um voto de louvor, porque isso significaria assinar por baixo tudo o que o Dr. Álvaro fez, e isso não é verdade. Apesar disso, deseja-lhe, com toda a sinceridade, tudo de bom, na sua vida pessoal e profissional.
- ⇒ Ao atual Presidente da Câmara, que considera recordista de pelouros, e também seu amigo pessoal há muitos anos, deseja muitas felicidades no seu mandato e que consiga fazer obra e coisas boas para a Marinha Grande e para os seus munícipes. Da parte dos Vereadores da CDU poderá continuar a contar com uma oposição séria e credível, disposta a ajudar no que for possível, embora não consigam ajudar naquilo com que não estejam de acordo enquanto Vereadores. Quando deixar de o ser, desempenhará o seu papel de cidadão e munícipe. Até lá, os Vereadores da CDU não deixarão de ser duros na defesa das suas ideias.
- Terminou a intervenção deixando um forte abraço ao Dr. Álvaro Pereira.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- ⇒ Desejou as melhoras ao Dr. Álvaro Pereira e os votos de felicidade em termos pessoais e profissionais. Ao Presidente Paulo Vicente e à Vereadora Cidália Ferreira desejou os maiores sucessos, para o bem da terra e dos cidadãos.
- ⇒ Seguidamente referiu o seguinte:

⇒ *“As notas, observações e sugestões que apresento são maioritariamente consequência da abordagem que os munícipes me fazem. Muito para além da interpretação como crítica, têm um objetivo único: ajudar na gestão camarária, alertando para problemas que, dada a escassez de pessoas no executivo permanente, podiam agradecer as sugestões dadas. Infelizmente não é isso que acontece comigo, nem com os munícipes que têm dado os seus contributos. São entendidos como “os que passam o dia a escrever e a criticar os outros que trabalham”. Enquanto for esta a postura, dificilmente teremos cidadãos disponíveis para participar na vida ativa da terra. Provavelmente é essa a intenção – calar-nos. Seja como for, e porque fui eleito pelo povo para lhes dar voz e ajudar a solucionar os seus problemas, vou continuar nos alertas, que são carências a olhos vistos. E recomendo a todos os cidadãos da nossa terra, interessados em melhorá-la, a continuarem nesse serviço público.”*

⇒ Deste modo, referiu que os muitos camiões que pernoitam na nossa cidade, encontram-se por toda a parte. A necessidade de construção dum parque de camiões é um tema que tem repetido inúmeras vezes, essencialmente porque é necessário e também para evitar que estes camiões estacionem indevidamente.

Num local onde se encontram regularmente camiões é no parque de estacionamento contíguo à FAE. A entrada para este estacionamento já apresenta uma cratera enorme, pelo que recomendou que se repare.

⇒ Em frente à Clinigrande, ao lado do Clic, está um parque de estacionamento que pela informação que lhe chegou pertence à Câmara. Nos dias chuvosos este parque fica um lamaçal. Dado que é um parque pequeno mas muito utilizado, perguntou se não seria possível a Câmara pavimentá-lo?

⇒ Nas cidades mais evoluídas todos os fios elétricos estão enterrados. Nas menos evoluídas ainda há fios aéreos suportados em postes de cimento ou metálicos. Nas muito pobres os fios elétricos amontoam-se em postes de madeira.

Há algum tempo falou na principal avenida da nossa cidade (avenida do Vidreiro), onde ainda existem postes de madeira a sustentar os cabos elétricos. Esta semana verificou que afinal estes postes de madeira ainda lá se mantêm, pelo que questionou se seria possível falar com a EDP e corrigir esta situação.

O **Sr. Presidente** informou que os postes deverão ser da PT.

O **Sr. Vereador** sugeriu então a deslocação ao local, e se os postes de madeira forem da PT, se seria possível remove-los, dado que na entrada principal da cidade dá uma imagem negativa da cidade desenvolvida.

⇒ Sobre viaturas abandonadas: foi questionado por vários munícipes sobre os veículos abandonados na nossa cidade. Em dezembro de 2010 foi aprovado o Regulamento Municipal de Bloqueamento, remoção, depósito e abandono de veículos no município da Marinha Grande. Pretende saber se este regulamento está em execução. Em caso afirmativo, quantos veículos abandonados foram removidos em 2015. E qual a razão por que continuam a existir veículos abandonados.

⇒ Sobre a instalação de Creche no edifício da Ivima disse o seguinte:

“Foi uma das bandeiras do programa do PS, com a inauguração do espaço do edifício da Ivima em plena campanha eleitoral. Acredito que tenha sido por saberem que a Marinha Grande necessita de mais uma creche. O MpM também reconheceu a carência duma unidade daquelas, que ainda hoje é evidente a sua necessidade. Existem crianças que não estão em creches, algumas em condições bastante precárias, outras em amas, nem sempre adequadas à educação e crescimento duma criança.

Na acta de 09/01/2014, está referido que um dos motivos de então não ter avançado era que o edifício tinha sido entregue à Câmara há pouco tempo e que só depois se poderia discutir com a Segurança Social. Disse o então Sr. Vereador Paulo Vicente que “os projectos das especialidades foram encomendados fora e agora têm que ser compatibilizados com o projeto, com vista ao lançamento do concurso.” Foi dito ainda que a creche seria gerida pela ADESER II, e esta instituição tem mantido a creche no seu plano de atividades.

Passaram mais de dois anos e ainda não há creche. Aliás, agora tenho conhecimento que não tem havido avanços com a segurança social, nem com a ADESER e não foi feita qualquer obra. O espaço está amplo, com parede e tetos em bruto, ou seja, a Câmara nada está a fazer para que a creche exista, bem como não ficou definida no orçamento aprovado.

É intenção deste executivo permanente fazer a creche? Em caso afirmativo, que passos estão a ser dados e para quando será feito?”

A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira informou o seguinte:

- ⇒ Este ano comemoram-se os 25 Anos da Convenção dos Direitos da Criança, e serão assinalados com atividades que se iniciam a partir do dia 12 de abril, com o lançamento de uma brochura sobre a CPCJ da Marinha Grande, que informa como a Comissão trabalha e da forma como se pode atuar no sentido da prevenção. Na sessão de abertura destas comemorações estará presente o Dr. Armando Leandro, Presidente da Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco, as crianças irão fazer um mural no Parque da Cerca, e nesse mesmo dia será inaugurado o espaço junto ao Parque Municipal de Exposições. Haverá também a passagem de filmes nas três freguesias, na Casa da Cultura e no SOM, na Marinha Grande, na Vieira, no Cine-Teatro Actor Álvaro, e na Moita na própria Junta de Freguesia. Os filmes abordam os maus-tratos e abandono, e serão seguidos de debate.
- ⇒ 25 de abril – a programação está feita, houve uma reunião com as coletividades, que foram convidadas para as comemorações no centro, que se iniciam no dia 23 e vão até ao dia 25. Depois trará o programa, mas pode desde já destacar o alargamento da Fesgrande ao Parque da Cerca e Parque Mártires, as atividades habituais com as coletividades, a Criativ(a)rte, a sessão solene da Assembleia Municipal, evocativa dos 40 anos da Constituinte. Não haverá fogo-de-artifício, uma vez que o ano passado não se viu. O palco irá para o Parque da Cerca, e contará com a atuação de Samuel. Também haverá animação de rua.

- ⇒ Recuperação do sintético – hoje serão abertas as propostas do concurso público.
O **Sr. Presidente** informou que há mais do que uma proposta e espera que a adjudicação se faça.
- ⇒ Sintéticos – a Câmara tem estado a falar com os dois clubes que fizeram candidaturas: ACM e CD da Garcia.
- ⇒ Creche – tem contactado com a Segurança Social, o projeto de arquitetura está feito, já estava quase no anterior mandato, e o que se passa é com os projetos complementares. Está-se a ver se há alguma forma de candidatura, mas a Segurança Social não tem conhecimento de qualquer possibilidade. A Câmara continua a desenvolver todos os contactos para instalação da creche, pois sabe que não está a dar as melhores condições às crianças, daí esta preocupação e a continuação de articulação com a Segurança Social.
- ⇒ A terminar, a Sr.^a Vereadora alertou para o alargamento do horário das escolas que está a fazer com que as crianças passem 10 a 11 horas nos estabelecimentos escolares, o que considera excessivo.

O Sr. Presidente referiu o seguinte:

- ⇒ Agradeceu as felicitações que lhe endereçaram, assim como também as críticas, que considera construtivas, e disse que com a colaboração e empenho de todos irá levar este mandato a bom porto.
- ⇒ Relativamente ao Dr. Álvaro Pereira, e dado que o próprio não aceitou a condução da reunião que tinha definido, a situação decorreu de maneira diferente. Para além de ser um Ex-Presidente da Câmara, continua a ser um grande amigo seu, quemuito preza e a quem deseja as melhores felicidades.
- ⇒ Visita do Embaixador dos EUA – deslocou-se à Marinha Grande a convite da CEFAMOL, e só com este tipo de diplomacia é que se conseguem bons resultados. No discurso teve ocasião de lhe dizer que a CMMG o nomeava como embaixador da indústria marinhense. Foi uma visita muito empenhada, e pensa que ele levou uma boa perspectiva da Marinha Grande. Também esteve presente a Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, que tomou boa nota das indicações que lhe foram transmitidas.
- ⇒ Voto de louvor – a proposta fica sem efeito, por não colher o consenso.
- ⇒ A comunicação da Câmara é assídua e feita pelos diversos meios, mas às vezes é preciso que as várias instituições sejam transmissoras destas comunicações junto dos cidadãos.

Seguidamente respondeu o seguinte às questões que lhe foram colocadas:

- ⇒ Recordista de pelouros – disse que não vai para o Guinness, mas se fosse seria com a ajuda do Sr. Vereador Vítor Pereira, que abandonou os pelouros e por isso teve que ficar com eles.

- ⇒ PEM – o Sr. Vereador Carlos Logrado tem estado a trabalhar com a Câmara na implementação dos assuntos do PEM, sempre com a sua anuência. Antes ele tinha uma visão, e agora, vendo por dentro, tem outra visão, daí poder transmitir as explicações que deu nesta reunião.
- ⇒ Reparos do Sr. Vereador Aurélio – tem a lista que lhe enviou, com as situações da Comeira, e pretende visitar o lugar com os técnicos.
No caso da Rua da Areia Vermelha, informou que foi lá com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Vieira, e quando o tempo secar irão lá com a máquina colocar areia.
Garantiu ao Sr. Vereador que as suas sugestões não “caem em cesto roto” e que as situações que apresenta são encaminhadas para os serviços.
- ⇒ Parque de camiões – está-se a trabalhar assiduamente na elaboração de uma candidatura para a pré-qualificação da requalificação da Zona Industrial e abertura das infraestruturas para alargamento da mesma. Dentro desta candidatura de requalificação da Zona Industrial existente está previsto um estacionamento devidamente equipado para camiões TIR. Mas convém também lembrar que as empresas de camionagem, quando se instalam, têm que ter condições para as suas viaturas.
- ⇒ A EN 242 pertence às Estradas de Portugal, e a Câmara, em consonância com a EDP, está a trabalhar com esta entidade para a substituição dos postes, mas são negociações sempre muito difíceis.
Se os postes forem de madeira são da PT ou TELECOM, mas os serviços irão ao terreno verificar.
- ⇒ Viaturas abandonadas – de acordo com o regulamento tem que haver um espaço para depósito, que a Câmara não tem e é dispendioso, mas está a ser visto com o GIPS, no sentido de se poder agilizar este procedimento. Em 2015 não foi removido nenhum veículo, e os que se encontram no Parque da Garcia já lá estão há muitos anos.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O Sr. Presidente interrompeu a reunião nesta altura, para um breve intervalo, que decorreu das 11:15 horas às 11:30 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 8, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MARÇO DE 2016

187 - Presente a ata n.º 8, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 17 de março de 2016, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho, por não ter estado presente na reunião.

3 - REQ. N. 1724/15, DATADO DE 18/11/2015 – PC N.º 432/15, DATADO DE 18/11/2015 – MARIA JÚLIA CONCEIÇÃO SILVA ALVES

188 - Presente requerimento n.º 1724/15, datado de 2015/11/18, constante do processo camarário n.º 432/15, subscrito por MARIA JÚLIA CONCEIÇÃO SILVA ALVES, com o NIF 196197244, residente na Estrada da Base, n.º 1251, Segodim, freguesia de Monte Real, concelho de Leiria, referente ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de edifício de habitação com dois fogos, anexos e muros de vedação*”, incidente sobre um prédio rústico, sito na Rua do Lamarão, lugar de Lameira da Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 13.532, e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 1.342.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2016/03/22, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise da pretensão e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura respeitante ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de edifício de habitação com dois fogos, anexos e muros de vedação*”, incidente sobre um prédio rústico, sito na Rua do Lamarão, lugar de Lameira da Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 13.532, e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 1.342, com o número de processo camarário 432/15, com data de entrada em 2015/11/18, apresentado por MARIA JÚLIA CONCEIÇÃO SILVA ALVES, com o NIF 196197244, residente na Estrada da Base, n.º 1251, Segodim, freguesia de Monte Real, concelho de Leiria, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.

2. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.

3. Execução dos muros de vedação em alvenaria, devidamente rebocados e pintados, de acordo com a alínea a) do art. 18.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

4. Execução de todos os trabalhos que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a via pública, com a largura de 1,60m, uma gare de estacionamento na extensão total do prédio confinante com a via pública, com uma largura de 2,40m, sendo os alinhamentos determinados pelos alinhamentos do passeio e gare de estacionamento existentes a noroeste. Os materiais a aplicar no passeio deverão ser idênticos aos da envolvente, ou seja, lancil de betão de 0,13x0,25m e pavê retangular de 0,20x0,10x0,06m, cor cinza, devendo a gare de estacionamento ser feita em massa betuminosa. O espelho do lancil deverá ficar a 0,12m acima do pavimento, sendo que na entrada do prédio, numa distância mínima de 3,50m, deverá colocar lancil de betão rampeado de 0,30x0,22m.

Na execução do passeio deverá considerar a colocação de película de plástico preto entre a camada base e a almofada de assentamento de modo a evitar o crescimento das ervas.

5. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 108,62m², ao longo da frente do prédio confinante com a Rua do Lamarão, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à “**IMPLANTAÇÃO**” - “Des. 2”, datada de 11/15, entregue a coberto do requerimento n.º 1724/15, datado de 2015/11/18, ficando a emissão da autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N. 1672/15, DATADO DE 12/11/2015 – PC N.º 423/15, DATADO DE 12/11/2015 – LUÍS MIGUEL RODRIGUES SAPATEIRO

189 - Presente requerimento n.º 1672/15, datado de 2015/11/12, constante do processo camarário n.º 423/15, subscrito por **LUÍS MIGUEL RODRIGUES SAPATEIRO**, com o NIF 227718747, residente na Rua da Charnequinha, 32A, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “**Construção de uma habitação unifamiliar e muros de vedação**”, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua 1.º de Dezembro, lugar de Terras de Cima, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o número 446, e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Moita sob o artigo número 1.913.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2016/03/09, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura referente ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de uma habitação unifamiliar e muros de vedação*”, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua 1.ª de Dezembro, lugar de Terras de Cima, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o número 446, e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Moita sob o artigo número 1.913, com o número de processo 423/15, com data de entrada em 2015/11/12, apresentado por LUÍS MIGUEL RODRIGUES SAPATEIRO, com o NIF 227718747, residente na Rua da Charnequinha, 32A, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.
2. Apresentação, em igual período, de Planta de Implantação contendo a representação do muro de vedação e passeio público a construir, sendo que o alinhamento do muro deverá dar continuidade ao muro existente a norte, que apresenta um passeio com 1,40m de largura, devendo alargar progressivamente numa extensão aproximada de 5,00m no sentido sul, de modo a que apresente uma largura de 2,00m para o passeio até ao limite do prédio e uma largura variável entre 1,40m e 2,00m numa extensão de 5,00m na ligação com o muro existente a norte do prédio. O alargamento do passeio existente deverá ser executado com calçada miúda de calcário, após execução de uma base em tout-venant com 0,15m de espessura.
3. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.
4. Os muros de vedação deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados, de acordo com a alínea a) do art. 18.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N. 315/16, DATADO DE 04/03/2016 – PC N.º 338/15, DATADO DE 21/09/2015 – MR 99 – COMPRA E VENDA DE PROPRIEDADES UNIPOESSOAL, LDA.

190 - Presente requerimento n.º 315/16, datado de 2016/03/04, constante do processo camarário n.º 338/15, subscrito por MR 99 – COMPRA E VENDA DE PROPRIEDADES UNIPOESSOAL, LDA., com o NIPC 504391810, com sede em Rua Aquilino Ribeiro, n.º 27, lugar de Portela, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de um edifício de habitação com 3 fogos*”, a levar a efeito num prédio rústico sito na Rua das Rosas da Pedra de Cima, lugar de Pedra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de

Marinha Grande sob o n.º 15.793, e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 6.720, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2015/10/29.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2015/03/15, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de “*Construção de um edifício de habitação com 3 fogos*”, a levar a efeito num prédio rústico sito na Rua das Rosas da Pedra de Cima, lugar de Pedra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 15.793, e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 6.720, com o número de processo 338/15, com data de entrada em 2015/09/21, apresentado por MR 99 – COMPRA E VENDA DE PROPRIEDADES, LDA., com o NIPC 504391810, com sede em Rua Aquilino Ribeiro, n.º 27, lugar de Portela, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao correto acabamento da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a Rua das Rosas da Pedra de Cima, sendo o alinhamento do lancil determinado pelo alinhamento do lancil existente no prédio confinante a Sul. Os materiais a aplicar no passeio deverão ser idênticos aos da envolvente, ou seja, lancil de betão com 0,12m de largura e blocos de betão com 0,10x0,20x0,06m de espessura, após execução de uma base em tout-venant com 0,15m de espessura e na zona de estacionamento uma base em tout-venant com 0,20m de espessura e blocos de betão com 0,10mx0,20m com 0,08m de espessura e lancil de betão com 0,08m de largura.

2. Os muros de vedação deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados, não podendo entre extremas, exceder a altura de 1,80m contados a partir da cota natural do terreno. O muro de vedação confinante com a via pública, poderá dispor de uma altura máxima de 0,80m, acrescido de elementos gradeados, ou sebes vivas, com o máximo de 0,70m, perfazendo assim uma altura máxima de 1,50m.

3 - Aquando da execução do passeio, deverá solicitar previamente aos respetivos serviços municipais, a indicação do seu alinhamento, de acordo com o previsto no n.º 3 do art. 19.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

Mais delibera informar a sociedade requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Delibera, ainda, informar a sociedade requerente que, nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes da data prevista para início dos trabalhos,

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N. 241/16, DATADO DE 22/02/2016 – PC N.º 59/16, DATADO DE 22/02/2016 – JOAQUIM CRUZ ALEXANDRE E MARIA LEONILDE DA LUZ ALEXANDRE

191 - Presente requerimento n.º 241/16, datado de 2016/02/22, constante do processo camarário n.º 241/16, subscrito por JOAQUIM CRUZ ALEXANDRE, com o NIF 158107080, residente na Rua das Portas Verdes, n.º 33, 2.º D.to, freguesia e concelho de Marinha Grande, e por MARIA LEONILDE DA LUZ ALEXANDRE, com o NIF 116990724, residente na Rua do Brasil, n.º 51, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “*Demolição de habitação e anexo*” existentes, implantados sobre um prédio urbano, sito na Avenida Dr. José Henriques Vareda, n.º 106, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 17.079, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 4.897.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2016/03/09, que refere que o projeto de demolição apresentado se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de “*Demolição de habitação e anexo*” existentes, implantados sobre um prédio urbano, sito na Avenida Dr. José Henriques Vareda, n.º 106, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os n.º 17079, e inscrito na matriz sob o artigo n.º 4897, com o número de processo 59/16, com data de entrada em 2016/02/22, apresentado por JOAQUIM CRUZ ALEXANDRE, com o NIF n.º 158107080, residente na Rua das Portas Verdes, n.º 33, 2.º D.to, freguesia e concelho de Marinha Grande, e por MARIA LEONILDE DA LUZ ALEXANDRE, com o NIF n.º 116990724, residente na Rua do Brasil, n.º 51, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra, nomeadamente o devido encaminhamento dos entulhos provenientes da demolição, sendo obrigatório efetuar e manter o registo de dados dos resíduos de construção e demolição (RCD's), de acordo com o modelo constante no Anexo II do Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12/03, sendo o transporte de resíduos de construção e demolição, acompanhado das respetivas guias de acompanhamento de resíduos, de acordo com os modelos constantes do Anexo I ou II da Portaria n.º 417/2008, de 11/06.

Delibera, ainda, informar os requerentes que:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverão, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará de licença de demolição, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N. 126/16, DATADO DE 29/01/2016 – PC N.º 37/16, DATADO DE 29/01/2016 – MEGATECHIND - INDÚSTRIAS MARINHA GRANDE, LDA.

192 - Presente pedido com o registo n.º 126/16, datado de 29/01/2016 relativo a **legalização, alterações e ampliação de uma unidade industrial** sita na Rua da Zona Industrial, n.º 3, nos prédios registados na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob os n.º 824 e 1118, inscritos respetivamente na matriz predial urbana sob o artigo n.º 504 e na matriz predial rústica sob o artigo n.º 803, da freguesia da Moita e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 37/16, com data de entrada de 29/01/2016, apresentado por **MEGATECHIND - INDÚSTRIAS MARINHA GRANDE, LDA**, com o NIPC 509 826 024, com sede na Rua da Zona Industrial, n.º 3, freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 24/03/2016, que atesta estar o projeto de arquitetura apto a ser aprovado e encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites, estando o processo em condições de ser deferido.

Após a análise da pretensão, considerando o parecer que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a legalização, alterações e ampliação de uma unidade industrial sita na rua da Zona Industrial, n.º 3, nos prédios registados na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob os n.º 824 e 1118, inscritos respetivamente na matriz predial urbana sob o artigo n.º 504 e na matriz predial rústica sob o artigo n.º 803, da freguesia da Moita e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 37/16, com data de entrada de 29/01/2016, apresentado por **MEGATECHIND - INDÚSTRIAS MARINHA GRANDE, LDA, com o NIPC 509 826 024, com sede na rua da Zona Industrial, n.º 3, freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande.**

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes da data prevista para o início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

4.- Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N. 305/16, DATADO DE 02/03/2016 – PC N.º 235/12, DATADO DE 09/08/2012 – MARIA JESUS SIMÕES

193 - Presentes requerimentos n.º 1327/12, n.º 1543/12, n.º 649/13, n.º 329/14, n.º 103/16 e n.º 305/16, registados em 2012/08/09, 2012/09/19, 2013/04/30, 2014/03/07, 2016/01/25 e 2016/03/02 respetivamente, constantes do processo camarário n.º 235/12, referente a pedido de licenciamento de obra de ampliação e alteração (legalização) de uma moradia, sita na Travessa da Lota n.º 7 - Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leira, concelho de Marinha Grande, erigida no prédio inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Vieira de Leiria sob o artigo n.º 1.854 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 3.180, apresentado por **MARIA JESUS SIMÕES**, com o NIF 167178342, residente na Rua do Barrolo, n.º 275, Zambujo, freguesia de Cortes, município de Leiria. Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 10º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Presente Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos – Ocupação do Domínio Público Hídrico, n.º L017915.2015.RH4, com início em 2016/02/16 e término em 2025/12/31, emitida a Maria de Jesus Simões, Praia da Vieira, pela Agência Portuguesa do Ambiente – APA.

Presente parecer técnico datado de 2016/03/09 a indicar estar o projeto de arquitetura apto para decisão.

Presente parecer técnico datado de 2016/03/28 a indicar estarem os projetos das especialidades aptos para decisão.

Após análise da pretensão e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram e Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos - Ocupação do Domínio Público Hídrico, n.º L017915.2015.RH4, com início em 2016/02/16 e término em 2025/12/31, emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente – APA., a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido formulado pelos requerimentos registados sob o n.º 1327/12, n.º 1543/12, n.º 649/13, n.º 329/14, n.º 103/16 e n.º 305/16, registados em 2012/08/09, 2012/09/19, 2013/04/30, 2014/03/07, 2016/01/25 e 2016/03/02 respetivamente, processo n.º 235/12, referente a pedido de licenciamento de obras de ampliação e de alteração (legalização) de uma moradia, sita na Travessa da Lota n.º 7 - Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, erigida no prédio inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Vieira de Leiria sob o artigo n.º 1.854 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 3.180, apresentado por MARIA JESUS SIMÕES, com o NIF 167178342, residente na Rua do Barrolo, n.º 275, Zambujo, freguesia de Cortes, concelho de Leiria.

Mais delibera:

- 1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2- Deverá assegurar a instalação de recetáculo postal domiciliário de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98.
- 3- Deverá assegurar a execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.
- 4- Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N. 270/16, DATADO DE 26/02/2016 – PC N.º 446/15, DATADO DE 02/12/2015 – CARLOS ALBERTO OLIVEIRA GOMES

194 - Presentes requerimentos n.º 1804/15 e n.º 270/16, registados em 2015/12/02 e em 2016/02/26, respetivamente, constantes do processo camarário n.º 446/15, subscrito por CARLOS ALBERTO OLIVEIRA GOMES, com o NIF 180338773, residente na Rua do Carvalhal,

n.º 191, Serra Porto D'Urso, Monte Real, referente ao pedido de licenciamento de obras de alteração e de ampliação e licenciamento (legalização) de obras de construção já realizadas sem o competente licenciamento, todas incidentes na moradia sita na Rua da Portela, n.º 131, lugar de Portela, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18.456 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 15.778, apresentado por Carlos Alberto Oliveira Gomes, com o NIF 180338773, residente na Rua do Carvalhal, n.º 191, Serra Porto D'Urso, Monte Real. Presente parecer técnico datado de 2016/03/10, sob as condições de execução de passeio. Presente parecer técnico datado de 2016/03/21, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a ser aprovado.

Após análise do projeto de arquitetura apresentado pelos requerimentos n.º 1804/15 e n.º 270/16, registados em 2015/12/02 e em 2016/02/26, respetivamente, do processo n.º 446/15, referente ao pedido de licenciamento de obras de alteração e de ampliação e licenciamento (legalização) de obras de construção já realizadas sem o competente licenciamento, todas incidentes na moradia sita na Rua da Portela, n.º 131, lugar de Portela, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18.456 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 15.778, apresentado por CARLOS ALBERTO OLIVEIRA GOMES, com o NIF 180338773, residente na Rua do Carvalhal, n.º 191, Serra Porto D'Urso, Monte Real, bem como os pareceres técnicos de 2016/03/10 e de 2016/03/21, a Câmara Municipal delibera notificar o requerente, nos termos do artigo 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, por o mesmo violar norma regulamentar aplicável, nomeadamente, o n.º 1) do ponto 3.3.4. Secção 3.3. Capítulo 3 do Anexo do Decreto-Lei n.º 163/2006 de 08/08, por o projeto não assegurar o equipamento mínimo para instalação sanitária acessível, designadamente, um lavatório, uma sanita, um bidé e uma banheira.

Delibera ainda informar o requerente do seguinte:

1- Por se tratar de moradia cujo edifício de habitação e anexos apresenta profundidade superior a 30 m, medida a partir da sua fachada fronteira ao espaço público confinante, compreende obra geradora de impacto semelhante a operação de loteamento, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do Regulamento Geral da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande – RMEUMMG, sendo devida a compensação pela não cedência de 63 m2 para espaços verdes de utilização coletiva e equipamento de utilização coletiva, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 57.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro. O cálculo deste valor decorre do disposto no artigo 124.º e seguintes do RMEUMMG. As áreas de cedência relativas a espaços verdes e equipamentos de utilização coletiva são fixadas pela adequação funcional da construção sob o tipo de ocupação, face ao

disposto na Portaria n.º 216-B/2008, de 3 de março, respetivamente de 28 m2 e 35 m2 para habitação em moradia.

2- Por se tratar de obra geradora de impacto semelhante a loteamento é ainda devida taxa de urbanização (TU) nos termos do n.º 1 do artigo 122º do RMEUMMG.

3- Na revisão do projeto deverá ser assegurada a construção de um passeio com os materiais idênticos aos passeios existentes na zona envolvente, com uma largura definida entre o limite da fachada da moradia existente e a Rua da Portela de acordo com a área de cedência para passeio proposta na planta de implantação, fazendo o passeio uma curva de concordância com a Rua do Moital.

A pavimentação do passeio deverá ser em calçada de calcário com as dimensões 0,05x0,05x0,05m, após execução de uma base em Tout- Venant com 0,15m de espessura. O lancil deverá ser de calcário com as dimensões de 0,13m (largura à vista) x 0,22m (altura)x0,13m (largura da base).

4- Deverá apresentar ainda os elementos a seguir descritos, devidamente aperfeiçoados, tal como comunicado em fase de saneamento e apreciação liminar do processo pelo ofício n.º 5/16, datado de 2016/01/06, com receção ocorrida em 2016/01/12:

a) Planta de Implantação à escala de 1:200 ou superior, desenhada sobre levantamento topográfico do terreno e área envolvente numa extensão de 20m a contar dos limites do prédio, incluindo o arruamento de acesso, com indicação das dimensões e área do terreno, (inicial e final), área de cedência ao domínio público, áreas impermeabilizadas e respetivo material, com cotas altimétricas e planimétricas, contendo a delimitação do prédio na sua totalidade, a implantação do edifício projetado, incluindo corpos balanceados, escadas, varandas, cotados em relação às extremas, as construções existentes, maciços arbóreos, indicação dos lugares de estacionamento, sempre que estes não sejam criados no interior do edifício, indicação da localização dos contadores ou baterias de contadores e recetáculo postal.

A planta de implantação deve ainda contemplar passeio conforme descrito no ponto 3;

b) A Planta da Cobertura, deverá indicar, conforme os casos, tubos de ventilação de instalações sanitárias, tubos de ventilação do sistema de esgotos, tubo de queda de drenagem de águas pluviais, fugas e material empregue nas chaminés e escadas de acesso, se as houver.

c) Alçados à escala 1:50 ou 1:100 com a indicação das cores e dos materiais dos elementos que constituem as fachadas e a cobertura.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N. 1905/15, DATADO DE 17/12/2015 – PC N.º 399/15, DATADO DE 27/10/2015 – ANTÓNIO AUGUSTO AMARAL

195 - Presentes requerimentos n.º 1577/15 e n.º 1905/15, registados em 2015/10/27 e em 2015/12/17, respetivamente, do processo n.º 399/15, referente ao pedido de licenciamento (legalização) de obras de alterações realizadas na moradia e no anexos e licenciamento (legalização) da obra de construção de um muro de vedação, no prédio sito no Beco da

Rua de Leiria, n.º 42, lugar do Barqueiro, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial urbana de Vieira de Leiria sob o artigo n.º 5.663 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 3.011, apresentado por **ANTÓNIO AUGUSTO AMARAL**, com o NIF 136853064, residente na Rua Leopoldo de Almeida, n.º 74 – R/C D.tº, lugar e freguesia de Mem Martins, Município de Sintra.

Presentes pareceres técnicos datado de 2016/03/08 e 2016/03/14, que referem que o projeto de arquitetura não se encontra apto a ser aprovado.

Após análise do projeto de arquitetura apresentado pelos requerimentos n.º 1577/15 e n.º 1905/15, registados em 2015/10/27 e em 2015/12/17, respetivamente, do processo n.º 399/15, referente ao pedido de licenciamento (legalização) de obras de alterações realizadas na moradia e no anexos e licenciamento (legalização) da obra de construção de um muro de vedação, no prédio sito no Beco da Rua de Leiria, n.º 42, lugar do Barqueiro, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial urbana de Vieira de Leiria sob o artigo n.º 5.663 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 3.011, apresentado por ANTÓNIO AUGUSTO AMARAL, com o NIF 136853064, residente na Rua Leopoldo de Almeida, n.º 74 – R/C D.tº, lugar e freguesia de Mem Martins, Município de Sintra, bem como dos pareceres técnicos de 2016/03/08 e 2016/03/14, a Câmara Municipal delibera notificar o requerente, nos termos do artigo 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, por o mesmo violar norma regulamentar aplicável, designadamente, por não ser demonstrado enquadramento da pretensão no PMOT vigente, e/ou normas legais aplicáveis, nomeadamente por apresentar um índice de construção bruto de 0,461, considerando que o prédio assinalado na planta de localização, à escala 1/2000, objeto do pedido, situa-se no Aglomerado Urbano da Passagem, em espaços urbano, sendo, por lapso, indicado no projeto que o prédio se situa no Aglomerado Urbano de Vieira de Leiria, e que para o local, nos termos do n.º 10 do artigo 5º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, prevêm-se os seguintes indicadores urbanísticos:

Densidade habitacional máxima – 20 f/ha;

Índice de construção bruto – 0.25;

Cércea máxima – 2 pisos ou 6.5 m de altura;

Estacionamento – 1 lugar/fogo;

- 1 lugar/100 m2 de área coberta para comércio e serviços.

Delibera ainda informar o requerente do seguinte:

- 1- Os elementos integrantes do processo não guardam adequação entre si. As peças gráficas do projeto reportam-se a legalização de obra já realizada, enquanto que a calendarização refere um conjunto de obras a realizar (demolições, elevação de paredes, reboco, acabamentos diversos, pintura e arranjos exteriores).**

2- Em eventual revisão do projeto, muro e portão deverão ser recuados para o limite da construção existente a sul com um alinhamento paralelo à moradia existente, objeto do presente pedido.

Deverá ser assegurado o remate do pavimento em calçada grossa, após execução de uma base em Tout-Venant com 0.15 m de espessura

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N. 421/16, DATADO DE 18/03/2016 – PC N.º 94/16, DATADO DE 18/03/2016 – CARLOS FERNANDO FERREIRA JULIÃO

196 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 421/16, datado de 18/03/2016, apresentado por **CARLOS FERNANDO FERREIRA JULIÃO**, com o NIF 18055547, com morada em Estrada de S. Pedro de Moel, n.º 116, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em Rua de S. Pedro, n.º 118, freguesia e concelho de Marinha Grande, cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 355/99.

Presente parecer técnico datado de 28/03/2016, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua de S. Pedro, n.º 118, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de CARLOS FERNANDO FERREIRA JULIÃO, com o NIF 18055547, com morada em Estrada de S. Pedro de Moel, n.º 116, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

1) Membros efetivos
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Álvaro Letra

2) Membros suplentes
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Nuno Fernandes

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto,

correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - REQ. N. 358/16, DATADO DE 10/03/2016 – PC N.º 388/13, DATADO DE 18/10/2013 – VENCESLAU LOLA FERREIRA

197 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 358/16, datado de 10/03/2016, subscrito por **VENCESLAU LOLA FERREIRA**, com o NIF 154415839, com morada em Rua dos Vidreiros, n.º 2-6, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício objeto de legalização no âmbito do processo n.º 388/13 e titulada pelo alvará de obras de legalização n.º 20/15, emitido em 17/04/2015.

Presente parecer técnico datado de 28/03/2016, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Largo dos Combatentes da Grande Guerra, n.ºs 14, 16, 18 e 20, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, propriedade de VENCESLAU LOLA FERREIRA, com o NIF 154415839, com morada em Rua dos Vidreiros, n.º 2-6, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Álvaro Letra
- 2) Membros suplentes**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Nuno Fernandes

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**13 - REQ. N. 255/16, DATADO DE 23/02/2016 – PC N.º 69/12, DATADO DE 12/03/2012 –
ANTÓNIO LOURENÇO SIMÕES**

198 - Presente processo de licenciamento n.º 69/12, em nome de António Lourenço Simões, com morada em Rua dos Tojais, n.º 868, lote 11, São João da Ponte, concelho de Guimarães, respeitante à legalização das alterações efetuadas na sua moradia e respetivos muros, sítos na rua das Saudades, n.º 8, lugar de S. Pedro de Moel, freguesia e concelho da Marinha Grande, cuja deliberação final foi tomada em 21-03-2013, não tendo o interessado, nessa sequência solicitado o respetivo alvará.

Presentes alegações escritas, apresentadas pelo interessado em sede de audiência prévia, com os registos de entrada n.º 1510/15 de 19-10-2015 e n.º 255/16 de 23-02-2016.

A Câmara Municipal analisou as alegações escritas apresentadas, em sede de audiência prévia, e considerando que:

- O interessado foi notificado para se pronunciar sobre a intenção da Câmara Municipal declarar, ao abrigo dos ns.º 2 e 5 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação da Lei n.º 26/2010, de 30 de março e da Lei n.º 28/2010, de 02 de setembro – RJUE - a caducidade da licença concedida por deliberação camarária de 21-03-2013, para legalização de obras executadas na sua moradia e respetivos muros, sítos na rua das Saudades, lugar de S. Pedro de Moel, freguesia e concelho da Marinha Grande, em virtude de não ter requerido o alvará de licença de construção dentro do prazo previsto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE;
- Nas suas alegações afirmou que, apesar de ter recebido a notificação da Câmara Municipal para solicitar a emissão do respetivo alvará e apresentar os elementos necessários para o efeito, incumbiu, na medida em que passa mais tempo em França do que em Portugal, um familiar seu para tomar essas diligências, que nada fez;
- Estava convencido que o mesmo trataria do assunto, como lhe tinha sido solicitado;
- O processo de licenciamento em causa diz respeito à legalização das alterações efetuadas na sua moradia e muros, sítos na rua das Saudades, n.º 8, em S. Pedro de Moel, freguesia e concelho da Marinha Grande;
- A emissão do respetivo alvará constitui uma formalidade necessária para repor a legalidade da situação, não havendo lugar a quaisquer obras, uma vez que as mesmas já se encontram executadas;

Delibera atender aos argumentos apresentados pelo interessado e - à semelhança do que tem decidido em situações idênticas, em que os interessados não requereram o respetivo alvará - não declarar a caducidade da licença concedida por deliberação de 21-03-2013, para legalização das alterações efetuadas numa moradia e respetivos muros, sítos na rua das Saudades, n.º 8 em S. Pedro de Moel, freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 69/12, em nome de António Lourenço

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
31/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

Simões, residente na rua dos Tojais, n.º 868, lote 11, São João da Ponte, concelho de Guimarães, mantendo-se, assim, os efeitos da dita licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQ, N.º 20/16 – PC 1011/02 – JOAQUIM NETO MATIAS, IDALECIO GUERRA RODRIGUES E JORGE MANUEL FERREIRA BOIÇA

199 - Presente requerimento n.º 20/16, datado de 07/01/2016, apresentado por JOAQUIM NETO MATIAS, com o NIF 123579350, residente em Rua Principal, n.º 46, Escoura, IDALECIO GUERRA RODRIGUES, com o NIF 111357292, residente em Rua Principal, n.º 52, Escoura e JORGE MANUEL FERREIRA BOIÇA, com o NIF 128132701, residente em Rua Principal, n.º 48, Escoura, a solicitar a realização de vistoria às obras de urbanização realizadas no âmbito do processo de licenciamento n.º 1011/02, ao qual foi atribuído o Aditamento ao Alvará de Obras de Urbanização n.º 14/1980, que respeita à constituição de constituição de cinco lotes de terreno, incidente sobre o prédio inicialmente descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o número 5.205 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo número 8.086, sito no lugar de Escoura, freguesia e concelho de Marinha Grande, e a consequente redução do valor da garantia bancária n.º 4602255040000178, do Banco Popular datada de 17 de agosto de dois mil e quinze, prestada pela requerente como garante da boa e regular execução das respetivas obras de urbanização, designadamente, infraestruturas viárias, sinalização horizontal, rede de abastecimento de águas, rede de drenagem de águas pluviais, rede de energia elétrica, rede de telecomunicações e rede de gás.

Presente relatório elaborado pela Comissão de Vistorias, bem como Auto de Vistoria, datados de 15 de março de 2016, propondo a receção provisória das Obras de Urbanização.

Após análise da pretensão, do Relatório e do respetivo Auto de Receção Provisória elaborados pela Comissão de Vistorias, respeitante às Obras de Urbanização supra referidas a Câmara delibera:

1) DEFERIR o pedido de receção provisória das infraestruturas executadas, no âmbito do processo de licenciamento n.º 1011/02, ao qual foi atribuído o Aditamento ao Alvará de Obras de Urbanização n.º 14/1980, que respeita à constituição de constituição de cinco lotes de terreno, incidente sobre o prédio inicialmente descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o número 5.205 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo número 8.086, sito no lugar de Escoura, freguesia e concelho de Marinha Grande, apresentado por JOAQUIM NETO MATIAS, com o NIF 123579350, residente em Rua Principal, n.º 46, Escoura, IDALECIO GUERRA RODRIGUES, com o NIF 111357292, residente em Rua Principal, n.º 52, Escoura e JORGE MANUEL FERREIRA BOIÇA, com o NIF 128132701, residente em Rua Principal, n.º 48, Escoura, nomeadamente, infraestruturas viárias, sinalização horizontal, rede de abastecimento de águas, rede de drenagem de águas pluviais, rede de energia elétrica, rede de telecomunicações e rede

de gás, uma vez que as mesmas se encontravam executadas de acordo com o projeto aprovado e as telas finais entregues em 07/01/2016.

2) MANDAR LIBERTAR o montante de € 40.047,30 (quarenta mil e quarenta e sete euros e trinta cêntimos), correspondente a 90% da garantia bancária n.º 4602255040000178, do Banco Popular datada de 17 de agosto de dois mil e quinze, com o valor inicial de 44.497,00 (quarenta e quatro mil quatrocentos e noventa e sete euros), prestada pela requerente como garante da boa e regular execução das respetivas obras de urbanização, designadamente, infraestruturas viárias, sinalização horizontal, rede de abastecimento de águas, rede de drenagem de águas pluviais, rede de energia elétrica, rede de telecomunicações e rede de gás ficando retido o montante de € 4.449,70 (quatro mil quatrocentos e quarenta e nove euros e setenta cêntimos), até à receção definitiva das referidas Obras de Urbanização.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - REQ. N. 373/16, DATADO DE 11/03/2016 – PC N.º 53/16, DATADO DE 15/02/2016 – PAULO JOSÉ CALADO SIMÃO

200 - Presentes requerimentos n.º 217/16 e n.º 373/16, datados de 2016/02/15 e de 2016/03/11, respetivamente, subscritos por PAULO JOSÉ CALADO SIMÃO, com o NIF 215323165, com morada em Rua da Esperança, n.º 11, Bloco B, 1.º Esq., lugar de Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande, constante do processo camarário n.º 53/16, referente ao “*Pedido de certidão de destaque*”, a incidir sobre o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande, sob o n.º 19.495, e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 8.612, com a área total de 6.328,00 m2, localizado na Rua da Paz, lugar de Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2016/03/23, que atesta estarem preenchidos os requisitos legais necessários à operação de destaque de uma parcela de terreno com a área de 2.428,00 m2, bem como à emissão da respetiva certidão comprovativa.

Após análise da pretensão, bem como do referido parecer técnico datado de 2016/03/23, a Câmara delibera MANDAR EMITIR A CERTIDÃO comprovativa da verificação do cumprimento dos requisitos do destaque para efeitos de registo predial, nos termos do n.º 9 do artigo 6.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, por se ter verificado que a operação de destaque de uma parcela de terreno com a área de 2.428,00 m2 reúne as condições expressas no n.º 4 do artigo 6.º do mencionado diploma legal, dado o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande, sob o n.º 19.495, e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 8.612, com a área inicial total de

6.328,00 m², localizado na Rua da Paz, lugar de Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, se situar em perímetro urbano e as duas parcelas resultantes do destaque, confrontarem com arruamento público. Cada parcela apresenta-se vinculada ao cumprimento dos indicadores urbanísticos preceituados pelo n.º 10 do artigo 5º do regulamento do PDMMG em vigor, sendo que, na parcela a destacar com 2.428,00 m², poderá ser erigida construção com até cinco fogos, 607,00 m² de área bruta de construção, cêrcea máxima de 2 pisos ou 6,50 m de altura, o mínimo de 1 estacionamento por fogo para habitação e/ou 1 estacionamento por cada 100,00 m² de área coberta se a ocupação se destinar a comércio ou serviços. Na parcela sobrança com 3.900,00 m², poderá ser erigida construção com até oito fogos, 975 m² de área bruta de construção, cêrcea máxima de 2 pisos ou 6,50 m de altura, o mínimo de 1 estacionamento por fogo para habitação e/ou 1 estacionamento por cada 100 m² de área coberta se a ocupação se destinar a comércio ou serviços.

Mais delibera que na certidão a emitir deve constar a obrigatoriedade de inscrição do ónus de não fracionamento das parcelas resultantes do destaque, por um período de 10 anos contados da data do mesmo, nos termos do n.º 6 e n.º 7 do citado artigo 6.º, sem o que não poderá ser licenciada ou comunicada qualquer obra de construção nessas parcelas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - E/632/2016 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE GÁS NATURAL

201 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/632/2016, datado de 22/01/2016, de ocupação da via pública, apresentado por LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., com o NIPC 502761024, para abertura de vala em 5,50 metros de betuminoso e 4,00 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Travessa dos Cardos, n.º 25, Rua de Moçambique, n.º 2 e Rua de Casal Galego, n.º 27, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 15/02/2016, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09, emitir parecer favorável ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala em 5,50 metros de betuminoso e 4,00 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Travessa dos Cardos, n.º 25, Rua de Moçambique, n.º 2 e

Rua de Casal Galego, n.º 27, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra, assim como toda a marcação rodoviária eventualmente danificada.**
- b) Para o efeito, deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.**
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável;**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - E/1969/2016 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO DE BAIXADA ELÉTRICA

202 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/1969/2016, datado de 01/03/2016, apresentado por **EDP – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A.**, com o NIPC 504394029, para abertura de vala numa extensão de 124,00 metros de passeio para realização de trabalhos em subsolo, referentes à execução de uma baixada de energia elétrica, a levar a cabo em **Rua da Indústria Metalúrgica**, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 10/03/2016, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09, emitir parecer favorável ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala numa extensão de 124,00 metros de passeio, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Energia Elétrica, apresentado por **EDP – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A.**, com o NIPC 504394029, a levar a cabo em **Rua da Indústria Metalúrgica**, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra.**
- b) Considerando que parte do passeio onde se prevê a intervenção está abrangido pelas obras de urbanização em execução pela **VANGEST - ENGENHARIA FINANCEIRA E GESTÃO, S.A.**, tituladas pelo alvará de Obras de Urbanização n.º 1/15, de 21/05/2015, válido até 20/05/2016, correspondendo, portanto, a espaço privado de que a mesma**

ainda é titular, até à receção das obras de urbanização por esta Câmara, deverão assegurar-se a coordenação dos trabalhos com a referida empresa.

c) Deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.

d) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMG), em vigor, e demais legislação aplicável.

Mais delibera dar conhecimento da presente decisão à VANGEST - ENGENHARIA FINANCEIRA E GESTÃO, S.A., com sede na Estrada de Leiria, n.º 210, Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 128º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS E NOS TERMOS DO PRECEITUADO NO N.º 5, DO ARTIGO 75º, DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

Assunto retirado da ordem do dia.

19 - REVISÃO DA RENDA SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO DE RUI PAULO DUARTE FRAGATA, INQUILINO RESIDENTE NA RUA ANTÓNIO LOPES N.º 58, CAMARNAL, POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.

203 - Presente informação n.º 382 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 22 de março de 2016, a dar conta da necessidade de proceder à revisão do valor da renda da habitação em epígrafe, por motivo de alteração na composição e no rendimento mensal corrigido do agregado familiar.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Leis n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando que a referida Lei, entrou em vigor a 1 de março do ano transato;

Considerando que nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 81/2014 de 19 de Dezembro, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que o artigo 21.º desta mesma Lei, prevê que: “o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$ em que:

T= taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = indexante dos Apoios Sociais (419,22€)”

Considerando que ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º da Lei n.º 80/2014, de 19 de dezembro: “... há lugar à revisão da renda, a pedido do arrendatário, nas situações de alteração na composição ou nos rendimentos do agregado familiar.”

Considerando a alteração dos rendimentos do agregado familiar;

Considerando que o n.º 2 do artigo 37.º da referida Lei, determina que: “ *quando o valor da renda em regime de arrendamento apoiado representar um aumento superior ao dobro da renda anterior, há lugar à sua aplicação faseada nos primeiros três anos, nas seguintes condições:*

- a) *No primeiro ano, o montante da renda corresponde ao da renda anterior, acrescido de um terço do valor do aumento verificado;*
- b) *No segundo e terceiro anos, ao montante da renda praticado em cada um dos anos anteriores é acrescido mais um terço do aumento.”*

Considerando que nos termos do n.º 3, do artigo acima mencionado: “ *durante o faseamento não é aplicável o regime de atualização anual da renda.*”

Considerando que dada a redução do valor da renda, não se aplica a atualização faseada da mesma;

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 23.º da Lei n.º 80/2014, de 19 de dezembro: “*a renda atualizada ou revista nos termos dos números anteriores é devida no segundo mês subsequente ao da data de receção, pelo arrendatário, da comunicação do senhorio com o respetivo valor.*”

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados na ficha do inquilino e que têm por base os documentos facultados pelo próprio,

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março e, em conformidade com o artigo 23.º da Lei n.º 80/2014, de 19 de dezembro, proceder à revisão da renda de Rui Paulo Duarte Fragata, sendo o valor a aplicar o constante do quadro seguinte:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

R.º António Lopes

MORADOR	FOGO	CONTRATO	RENDA/15	RENDA/16
Rui Paulo Duarte Fragata	58	22/03/2014	13,11€	4,23€

Mais delibera, em conformidade com o n.º 6 do art.º 23.º da Lei n.º 80/2014, de 19 de dezembro, que a aplicação da referida renda entre em vigor a partir do 1.º dia útil de maio do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR (AAAF) E DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO (CAF) DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE 2016-2017 - DEFINIÇÃO DE TABELAS COMPARTICIPAÇÃO FAMILIAR

204 - Presente informação I/403/2016 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, relativa à proposta de aprovação da Tabela da Comparticipação Familiar relativa à valência de Prolongamento de Horário das Atividades de Animação e de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar - designada por AAAF - e nos estabelecimentos de ensino do 1º Ciclo - designada por CAF - da Rede Pública do concelho da Marinha Grande, para o ano letivo 2016/2017.

Considerando o disposto na alínea d) e h), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea b), do n.º 1, do artigo 2.º e alínea b), do n.º 1, do artigo 10.º, do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, os municípios dispõem de atribuições no domínio da educação, nomeadamente, e entre outras, a componente de apoio à família, designadamente o fornecimento de refeições e apoio ao prolongamento de horário na educação pré-escolar;

Considerando o n.º 3, do artigo 3.º, da Portaria n.º 644-A/2015 de 24 de agosto de 2015, as Atividades de Animação e Apoio à Família - AAAF são implementadas, preferencialmente, pelos municípios no âmbito do protocolo de cooperação, de 28 de julho de 1998, celebrado entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar.

Considerando ainda o n.º 2 do artigo n.º 5 da Portaria n.º 644-A/2015 de 24 de agosto de 2015, a Componente de Apoio à Família - CAF é implementada por autarquias, mediante acordo com os agrupamentos de escolas.

Considerando que a Tabela de Comparticipação Familiar da AAAF e CAF, se encontra regulada pelo Despacho Conjunto nº 300/1997 de 9 de setembro, tendo como base escalões de rendimentos fiscais, que se consideram desajustados da realidade e exagerados os montantes, pelo tem vindo a ser adotada desde o ano letivo de 2013/2014 uma tabela da comparticipação familiar com apenas 3 escalões, tendo por base a capitação correspondente ao posicionamento nos respetivos Escalões de Abono Familiar:

- **Escalão A**, correspondente ao 1.º escalão do abono de família, a que corresponde uma comparticipação familiar de 0%.
- **Escalão B**, correspondente ao 2.º escalão do abono de família, a que corresponde uma comparticipação familiar de 60%.
- **Escalão C**, correspondente ao 3.º escalão e seguintes do abono de família, a que corresponde uma comparticipação familiar de 60%.

Considerando que é competência da Câmara Municipal deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes, segundo o disposto na alínea hh), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Considerando que as tabelas de comparticipação das AAAF e CAF são atualizadas e aprovadas antes do início do ano letivo a que correspondem, e a que a tabela relativa às AAAF tem tido por referência o valor da Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG), que no ano de 2014 se situou - até 30 de setembro - nos 485€. A partir de 1 de outubro de 2014 foi atualizada para 505€, tendo voltado a ser atualizada a partir de 1 de janeiro de 2016 para 530€.

No que diz respeito ao ano letivo 2015/2016, apesar do valor a RMMG ser de 505€ e de ter sido introduzido o serviço de acolhimento no período da manhã e o acompanhamento das crianças na hora do almoço, foram aprovados em reunião de Câmara de 13 de agosto de 2015 os mesmos valores que tinham sido aprovados para o ano letivo de 2014/2015 (em reunião de Câmara de 18/09/2014) isto é, a manutenção da tabela de comparticipação das AAAF e CAF, cujos valores das AAAF foram apurados com base na RMMG em vigor até 30 de setembro de 2014.

Considerado que, relativamente ao ano letivo de 2016/2017, reconhecendo a situação de precariedade dos alunos carenciados do concelho e a necessidade de criar mecanismos de apoio a todas as famílias, é intenção do Município da Marinha Grande voltar a não realizar qualquer atualização das tabelas de comparticipação da AAAF e CAF, mantendo os valores da tabela de comparticipação financeira aprovada para o ano letivo 2014/2015 e 2015/2016.

Considerando que o pagamento relativo ao mês de julho tem vindo a ser liquidado faseadamente nos meses de janeiro, fevereiro e março (3 meses), criando uma disparidade de valores de mensalidades, e que se pretende que este valor passe a ser diluído de igual

forma nos meses de setembro a junho (10 meses), diminuindo o esforço financeiro das famílias nos meses de janeiro a março, e evitando assim flutuações do custo das mensalidades.

Considerando que, quando o serviço de CAF no 1º CEB foi iniciado, foi igualmente adotado o sistema de participação baseado no posicionamento nos escalões do abono de família:

Escalão A – Isento

Escalão B – 15€ por mês

Escalão C – 25€ por mês

Considerando a proposta de atualização desta tabela, para que os valores da participação familiar relativa à CAF fiquem igualmente indexados à Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG), passando a praticar-se os mesmos valores para as duas valências.

A Câmara apreciou a informação e delibera, ao abrigo da alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, aplicar no próximo ano letivo 2016/2017 a seguinte Tabela de Participação Familiar, relativa à valência de Prolongamento de Horário das Atividades de Animação e de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e componente de Apoio à Família nos estabelecimentos de ensino do 1º Ciclo da Rede Pública do concelho da Marinha Grande:

Tabela de Participação Familiar – Ano Letivo de 2016/2017					
RMMG - Retribuição Mínima Mensal Garantida (até 30 de setembro de 2014)		485,00 €	Valor Mensalidade	C/ diluição do mês de Julho	(*)
1º Escalão (A) (30%)	Até 30% do R.M.N.	145,50 €	ISENTO	ISENTO	100%
	Prolongamento de Horário (5%)	7,28 €			
2º Escalão (B) (50%)	De 30%+ até 50% do R.M.N.	242,50 €	14,55 €	16,01 €	40%
	Prolongamento de Horário (10%)	24,25 €			
3º Escalão (C) (a partir de 70%)	a partir de 50%+ do R.M.N.	339,50 €	25,46 €	28,01 €	40%
	Prolongamento de Horário (12,5%)	42,44 €			

(*) - Participação da Câmara Municipal (% de redução)

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO E PROPOSTA DE ADMISSÃO E EXCLUSÃO DE CANDIDATURAS – ÁREA CULTURAL

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira solicitou dispensa de intervir na avaliação da candidatura do SOM, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 69.º, e n.º 1, alínea a) do artigo 73.º do Código do Procedimento Administrativo, na medida em que faz parte dos Órgãos Sociais desta entidade.

O Sr. Vereador Carlos Logrado solicitou igualmente dispensa de intervir na avaliação da candidatura da Sociedade de Instrução e Recreio 1º de Maio, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 69.º, e n.º 1, alínea a) do artigo 73.º do Código do Procedimento Administrativo, na medida em que faz parte dos Órgãos Sociais desta entidade.

O Sr. Presidente declarou os referidos impedimentos, nos termos do n.º 4 do artigo 70.º do Código do Procedimento Administrativo.

Seguiram-se as seguintes intervenções:

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira perguntou se já estão aqui todas as candidaturas das entidades.

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** respondeu que sim, e que os serviços tentaram agilizar o processo o mais possível, mas há dificuldades com a entrega de documentos por parte das coletividades.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** perguntou se não haverá dificuldades no funcionamento do gabinete de apoio às coletividades.

Seguiu-se uma troca de palavras entre as duas Sr.ªs Vereadoras, tendo a **Sr.ª Vereadora Cidália** prosseguido com a explicação do processo e lamentando que tenha passado tanto tempo, mas o assunto vem à Câmara na altura possível.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira referiu que passaram seis meses desde que as associações entregaram os seus planos e orçamentos e que está praticamente 1/4 do ano decorrido, e neste processo ainda não está definido quanto calha a cada entidade, se calha. Por isso questionou:

- Quando se vai informar as entidades que recebem e quanto?

- Qual a verba disponível no orçamento de 2016 para estes apoios?
- Do que se está à espera para relacionar a avaliação com o apoio a atribuir? Só deste modo cada entidade fica a saber com o que conta, se conta!!!

Relembrou ainda que há alguns eventos que já se realizaram. As entidades fizeram-nos sem saber se iriam ser apoiados, e em caso de o serem, com quanto. Como é possível uma associação poder organizar-se sem saber com o que conta no seu orçamento no que respeita ao apoio da Câmara?

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** disse que concorda com o Sr. Vereador Aurélio, porque isso é o que todos querem, mas ainda não foi possível operacionalizar as coisas nesse sentido. A revisão do Orçamento é em abril e só nesta altura é que os valores estão inscritos, embora haja uma noção de quais são. A Câmara também tem estas limitações, no entanto tem feito, ao longo dos anos, um esforço tremendo. Reconhece que a situação não está bem, mas foi o possível que se conseguiu, apesar de se querer fazer melhor.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** perguntou se a demora na apreciação não estará nos processos de avaliação complicadíssimos. Por outro lado, a complexidade das candidaturas é de tal ordem que nenhuma candidatura a infraestruturas está admitida ou excluída, apenas porque não entregou todos os documentos. Num tempo que se fala em "Simplex", isto mais parece um "Complex".

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que percebe a Sr.ª Vereadora e também percebe as questões colocadas pelo Sr. Vereador Aurélio Ferreira, das quais se penitencia, porque se calhar também não as soube resolver. É de opinião que é necessário simplificar todo este processo, o que significa mexer com algumas exigências absurdas de alguns serviços, como seja o caso de se ter chegado ao cúmulo de pedir o projeto aprovado pela própria Câmara. Há necessidade de simplificar e mostra-se desde já disponível para ajudar no que for possível.

De seguida apontou os erros que na sua opinião deverão ser corrigidos nas propostas de deliberação, no sentido de se perceber claramente o número de candidaturas aceites, o número de candidaturas admitidas e a razão porque foram admitidas, bem como o número de candidaturas excluídas e a razão pela qual não foram admitidas. Foi sugerido, como forma de sistematizar esta informação, a elaboração de um mapa final.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** referiu que a Sr.ª Vereadora Cidália tem toda a sua compreensão. É difícil mudar, mas não há razão nenhuma para se estar neste estado. Este problema existe, tem que se olhar de frente e resolvê-lo, porque a Câmara tem os meios.

Os anteriores Vereadores da CDU não o conseguiram resolver, e não vale a pena culpabilizar.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** interrompeu e protestou, porque não se está aqui a culpabilizar ninguém.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** prosseguiu, dizendo que está a colaborar com o executivo, têm um plano para resolver a situação e vão resolvê-la. É muito difícil, mas vão conseguir. As suas críticas continuam a ser as mesmas, mas agora a decisão de mudar já está tomada. Quem critica ações como o PEM é que não quer mudar. Mais do que a crítica, é preciso pensar globalmente, definir processos de ação e metodologias, para chegar à solução.

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** sugeriu que se aprovem as propostas de deliberação, com a introdução das alterações sugeridas pelo Sr. Vereador Vítor Pereira.

Atendendo a que todos concordaram, o Sr. Presidente pôs a votação a seguinte proposta:

205 - Presente informação n.º 380/2015 da DCD, bem como relatório da Comissão de Avaliação de candidaturas nomeada através do despacho do Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 525/2015, datado de 12 de novembro de 2015, relativa à proposta de admissão e exclusão de candidaturas nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento.

Foram rececionadas 23 candidaturas para apoio a projetos, atividades ou infraestruturas na área cultural:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

REGISTO	DATA DE ENTRADA	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	TIPO
E/8126/2015	30/09/2015	510866883	Associação Casa D'Arvore ABC Nature	Plano de Atividades de 2016	Anual
E/8135/2015	30/09/2015	504934562	Associação Tocandar	Oficinas percussão de gaita de foles, participação em eventos	Anual
E/8145/2015	30/09/2015	502870419	ASURPI - Associação Sindical União Reformados Pensionistas e Idosos	Atividades culturais da Universidade Sénior	Anual
E/9386/2015	26/10/2015	501459472	BIP - Biblioteca de Instrução Popular	Academia de Artes, Música e Letras	Anual
E/8169/2015	30/09/2015	501417702	SOM - Sport Operário Marinhense	Teatro, Escola de Música e Exposições	Anual
E/8111/2015	28/09/2015	501540563	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	4ª edição do arraial popular	Pontual
E/8113/2015	28/09/2015	501540563	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	FAG - Feira de Artesanato e Gastronomia 2016	Pontual
E/8118/2015	29/09/2015	509688063	ACAMG - Associação Concelhia de Associações da Marinha Grande	13º Desfile de Marchas Populares da Marinha Grande	Pontual
E/8121/2015	30/09/2015	501459472	BIP - Biblioteca de Instrução Popular	Exposição Histórica da BIP	Pontual
E/8129/2015	30/09/2015	501150544	SCM - Sporting Clube Marinhense	Festa da Embrá 2016	Pontual
E/8154/2015	30/09/2015	501459472	BIP - Biblioteca de Instrução Popular	Biblioteca Infantil – Conta-me uma história	Pontual
E/8155/2015	30/09/2015	501459472	BIP - Biblioteca de Instrução Popular	Espetáculo de ballet da Escola de Dança da BIP	Pontual
E/8156/2015	30/09/2015	501459472	BIP - Biblioteca de Instrução Popular	Concurso de Poesia	Pontual
E/8157/2015	30/09/2015	501459472	BIP - Biblioteca de Instrução Popular	Ciclo de Exposições	Pontual
E/8158/2015	30/09/2015	501459472	BIP - Biblioteca de Instrução Popular	Recuperação do Baile Tradicional da Flor	Pontual
E/9384/2015	26/10/2015	501459472	BIP - Biblioteca de Instrução Popular	Festival de Folclore da BIP	Pontual
E/8165/2015	30/09/2015	501056467	Sociedade de Instrução e Recreio 1ª de Maio	35º Encontro de Folclore	Pontual
E/8523/2015	12/10/2015	501082832	STIV - Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira	Comemorações do 18 de Janeiro	Pontual
E/8175/2015	30/09/15	500787654	Associação Cultural e Recreativa da Comeira	2ª fase das obras na sede	Infraestruturas
E/8213/2015	30/09/15	500816905	Liga dos Combatentes - Núcleo da Marinha Grande	Obras de restauro do talhão	Infraestruturas
E.10843/2015	30/09/15	501640029	Sociedade União de Albergaria	Obras salão de festas	Infraestruturas
E/9373/2015	30/09/15	501459472	BIP - Biblioteca de Instrução Popular	Reabilitação do espaço da Sala de Leitura da BIP	Infraestruturas
E/8206/2015	29/09/2015	501163980	Clube Recreativo Amieirinhense	Projeto de escola de música da Amieirinha	Anual

Das 23 candidaturas apresentadas, cinco delas não foram apreciadas pela comissão de avaliação por falta de elementos necessários à tramitação das mesmas.

Deste modo, foram objeto de avaliação pela Comissão de Avaliação, dezoito das candidaturas apresentadas.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

A classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no n.º 4 e 5 do artigo 13.º do regulamento.

Após a avaliação efetuada, foram obtidos os seguintes resultados:

Atividades Anuais:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/8126/2015	510866883	Associação Casa D'Arvore ABC Nature	Plano de Atividades de 2016	34,6
E/8135/2015	504934562	Associação Tocandar	Oficinas percussão de gaita de foles, participação em eventos	37
E/8145/2015	502870419	ASURPI - Associação Sindical União Reformados Pensionistas e Idosos	Atividades culturais da Universidade Sénior	23,4
E/9386/2015	501459472	BIP - Biblioteca de Instrução Popular	Academia de Artes, Música e Letras	20,2
E/8169/2015	501417702	SOM - Sport Operário Marinhense	Teatro, Escola de Música e Exposições	35,6
E/8206/2015	501163980	Clube Recreativo Amieirinhense	Projeto de escola de música	34,2

Atividades Pontuais:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/8111/2015	501540563	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	4ª edição do arraial popular	30,4
E/8113/2015	501540563	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	FAG - Feira de Artesanato e Gastronomia 2016	36,2
E/8121/2015	501459472	BIP - Biblioteca de Instrução Popular	Exposição Histórica da BIP	16,2
E/8129/2015	501150544	SCM - Sporting Clube Marinhense	Festa da Embrá 2016	28
E/8154/2015	501459472	BIP - Biblioteca de Instrução Popular	Biblioteca Infantil – Conta-me uma história	18,4
E/8155/2015	501459472	BIP - Biblioteca de Instrução Popular	Espectáculo de ballet da Escola de Dança da BIP	19,2
E/8156/2015	501459472	BIP - Biblioteca de Instrução Popular	Concurso de Poesia	25,6
E/8157/2015	501459472	BIP - Biblioteca de Instrução Popular	Ciclo de Exposições	24,2
E/8158/2015	501459472	BIP - Biblioteca de Instrução Popular	Recuperação do Baile Tradicional da Flor	22,2
E/8523/2015	501082832	STIV - Sindicato Trabalhadores da Indústria Vidreira	Comemorações do 18 de Janeiro	29,8
E/8165/2015	501056467	Sociedade de Instrução e Recreio 1º de Maio	35º Encontro de Folclore	31,8
E/9384/2015	501459472	BIP - Biblioteca de Instrução Popular	Festival de Folclore da BIP	30,8

Nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos.

Atendendo a que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal propõe-se, em função da classificação final obtida em sede de avaliação, a admissão das seguintes candidaturas, por as mesmas terem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

Atividades Anuais:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/8113/2015	501540563	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	FAG - Feira de Artesanato e Gastronomia 2016	36,2	Admitir
E/8126/2015	510866883	Associação Casa D'Arvore ABC Nature	Plano de Atividades de 2016	34,6	Admitir
E/8135/2015	504934562	Associação Tocandar	Oficinas percursão de gaita de foles, participação em eventos	37	Admitir
E/8169/2015	501417702	SOM - Sport Operário Marinhense	Teatro, Escola de Música e Exposições	35,6	Admitir
E/8206/2015	501163980	Clube Recreativo Amieirinhense	Projeto de escola de música da Amieirinha	34,2	Admitir

Atividades Pontuais:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/8111/2015	501540563	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	4ª edição do arraial popular	30,4	Admitir
E/8129/2015	501150544	SCM - Sporting Clube Marinhense	Festa da Embra 2016	28	Admitir
E/8156/2015	501459472	BIP - Biblioteca de Instrução Popular	Concurso de Poesia	25,6	Admitir
E/9384/2015	501459472	BIP - Biblioteca de Instrução Popular	Festival de Folclore da BIP	30,8	Admitir
E/8165/2015	501056467	Sociedade de Instrução e Recreio 1º de Maio	35º Encontro de Folclore	31,8	Admitir
E/8523/2015	501082832	STIV - Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira	Comemorações do 18 de Janeiro	29,8	Admitir

Relativamente às sete candidaturas que obtiveram uma pontuação abaixo dos 25 pontos, foram as entidades notificadas em sede de audiência prévia, nos termos do artigo 121º e 122º do Decreto – Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, da intenção do Município da Marinha Grande proceder à exclusão das candidaturas, estando a decorrer o prazo para as entidades se pronunciarem.

As candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente conforme disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (alterada pelas leis n.º 22/2015, de 17 de março, lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro e lei n.º 20/2012, de 14 de maio)

Em anexo é apresentado o relatório da comissão de apreciação das candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, as respetivas grelhas de avaliação, com a pontuação parcial e classificação final, bem como cópia do despacho de nomeação da comissão de avaliação.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir as candidaturas abaixo indicadas, ficando as mesmas selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/8113/15	501540563	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	FAG - Feira de Artesanato e Gastronomia 2016	36,2	Admitir
E/8126/15	510866883	Associação Casa D'Arvore ABC Nature	Plano de Atividades de 2016	34,6	Admitir
E/8135/15	504934562	Associação Tocandar	Oficinas percussão de gaita de foles, participação em eventos	37	Admitir
E/8169/15	501417702	SOM - Sport Operário Marinhense	Teatro, Escola de Música e Exposições	35,6	Admitir
E/8206/15	501163980	Clube Recreativo Amieirinhense	Projeto de escola de música da Amieirinha	34,2	Admitir

Delibera ainda, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir as candidaturas abaixo indicadas, ficando as mesmas selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/8111/15	501540563	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	4ª edição do arraial popular	30,4	Admitir
E/8129/15	501150544	SCM - Sporting Clube Marinhense	Festa da Embra 2016	28	Admitir
E/8156/15	501459472	BIP - Biblioteca de Instrução Popular	Concurso de Poesia	25,6	Admitir
E/9384/15	501459472	BIP - Biblioteca de Instrução Popular	Festival de Folclore da BIP	30,8	Admitir
E/8165/15	501056467	Sociedade de Instrução e Recreio 1º de Maio	35º Encontro de Folclore	31,8	Admitir
E/8523/15	501082832	STIV - Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira	Comemorações do 18 de Janeiro	29,8	Admitir

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita "a revisão do processo de atribuição de subsídios..."

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objectividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. Pela análise do processo e tendo em conta os critérios de apoio destinados ao desporto federado (definidos em reunião de 26.09.2002), há modalidades que nunca serão consideradas, veja-se o exemplo da patinagem de velocidade. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Passaram seis meses desde que as associações entregaram os seus planos e orçamentos e temos 1/4 do ano decorrido, sendo que há alguns destes eventos que já se realizaram.

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação."

22 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO E PROPOSTA DE ADMISSÃO E EXCLUSÃO DE CANDIDATURAS – ÁREA DO DESPORTO

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira solicitou dispensa de intervir na avaliação da candidatura do SOM, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 69.º, e n.º 1, alínea a) do artigo 73.º do Código do Procedimento Administrativo, na medida em que faz parte dos Órgãos Sociais desta entidade.

O Sr. Vereador Carlos Logrado solicitou igualmente dispensa de intervir na avaliação da candidatura da Sociedade de Instrução e Recreio 1º de Maio, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 69.º, e n.º 1, alínea a) do artigo 73.º do Código do Procedimento Administrativo, na medida em que faz parte dos Órgãos Sociais desta entidade.

O Sr. Presidente declarou os referidos impedimentos, nos termos do n.º 4 do artigo 70.º do Código do Procedimento Administrativo.

206 - Presente Relatório da Comissão de avaliação das candidaturas datado de 12-02-2016, que aqui se dá por integralmente reproduzido e que fica anexo à ata, com proposta de admissões, classificações e exclusões, nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento.

Presente informação n.º 1/395/2016, na qual se sintetizam os procedimentos adotados pela Comissão de avaliação das candidaturas e que conclui no mesmo sentido daquela Comissão.

A classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no n.º 4 e 5 do artigo 13.º do regulamento.

Foram rececionadas 30 candidaturas para apoio a projetos, atividades ou infraestruturas na área do desporto:

REGISTO	DATA DE ENTRADA	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	TIPO
E/8098/2015	28/09/2015	Associação Portuguesa de Deficientes	501129430	Atividades na área desportiva em 2016	Anual
E/8153/2015	30/09/2015	Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente	600076768	Patinagem de velocidade	Anual
E/8171/2015	30/09/2015	Sport Operário Marinhense	501417702	Xadrez, Voleibol, 28º torneio de voleibol de praia (S.Pedro de Moel), 3º torneio de voleibol de praia "Super Jovem", 3º torneio de voleibol de praia Super Sênior	Anual
E/7767/2015 + E/8181/2015	17/09/2015	Clube Automóvel da Marinha Grande	501104305	Rallye Vidreiro 2016	Pontual
E/8088/2015	28/09/2015	Casa do Sport Lisboa e Benfica da Moita e Marinha Grande	508144329	Festival Hípico	Pontual
E/8108/2015	28/09/2015	EAS – Academia de Futebol da Marinha Grande	509495281	Torneio de Futebol "Hotel Mar e Sol - Lagoinha Park"	Pontual

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

E/8115/2015	28/09/2015	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	501540563	7ª Prova de BTT	Pontual
E/8130/2015	30/09/2015	Sporting Clube Marinhense	501150544	2º Torneio de Mini Hockey	Pontual
E/8131/2015	30/09/2015	Sporting Clube Marinhense	501150544	3º Torneio de Mini Basquete	Pontual
E/8134/2015	30/09/2015	Sporting Clube Marinhense	501150544	Festival de Patinagem	Pontual
E/8166/2015	30/09/2015	Sociedade de Instrução e Recreio 1º de Maio	501056467	Andebol de praia	Pontual
E/8172/2015	30/09/2015	Sociedade de Instrução e Recreio 1º de Maio	501056467	1º Festand Internacional da Marinha Grande	Pontual
E/8174/2015	30/09/2015	Grupo Desportivo Casa Águia Competição	505233959	26º Concurso Nacional de Pesca	Pontual
E/8176/2015	30/09/2015	Grupo Desportivo Casa Águia Competição	505233959	Participação em Campeonatos	Pontual
E/8192/2015		Industrial Desportivo Viegense	501254242	Prova de Atletismo	Pontual
E/8207/2015	29/09/2015	Clube Recreativo Amieirinhense	501163980	Grande Prémio de Atletismo	Pontual
E/8218/2015	29/09/2015	Clube Desportivo Moitense	501216049	2ª Corrida à Lebre	Pontual
E/8218/2015	29/09/2015	Clube Desportivo Moitense	501216049	65º Circuito Ciclismo da Moita	Pontual
E/8218/2015	29/09/2015	Clube Desportivo Moitense	501216049	MoiTTa-2016 Passeio Todo o Terreno	Pontual
E/8223/2015	30/09/2015	Clube de Atletismo da Marinha Grande	503912530	Milha de Cristal 2016	Pontual
E/8224/2015	30/09/2015	Clube de Atletismo da Marinha Grande	503912530	11º Corta Mato jovem Rota do Vidro 2016	Pontual
E/8225/2015	30/09/2015	Clube de Atletismo da Marinha Grande	503912530	Meeting Fernando Alves 2016	Pontual
E/8471/2015	06/10/2015	Sociedade de Beneficência e Recreio 1º de Janeiro	501623051	Torneio Aberto Nacional de Ténis de Mesa	Pontual
E/8602/2015	09/10/2015	Sociedade de Beneficência e Recreio 1º de Janeiro	501623051	Torneio Aberto Distrital de Ténis de Mesa	Pontual
E/107615/2015	15/12/2015	Associação de Ginástica do Distrito de Leiria	503576310	Plano Anual de Atividades	Pontual
E/8120/2015	01/10/2015	SCM - Sporting Clube Marinhense	501150544	Beneficiação dos Balneários do Pavilhão Principal	Infraestruturas
E/8122/2015	01/10/2015	ACM - Atlético Clube Marinhense	501224254	Beneficiação de recinto desportivo	Infraestruturas
E/8202/2015	02/10/2015	ACM - Atlético Clube Marinhense	501224254	Apoio a Infraestruturas - relvado sintético	Infraestruturas
A/9784/2015	11/11/2015	ACM - Atlético Clube Marinhense	501224254	2 Relvados sintéticos	Infraestruturas
E/10309/2015	27/11/2015	Clube Desportivo da Garcia	501395369	Relvado sintético	Infraestruturas

Das trinta candidaturas apresentadas, as cinco referentes a apoios no âmbito das infraestruturas não foram avaliadas por não estarem devidamente instruídas (falta de documentação), tendo as entidades sido notificadas para apresentação da documentação em falta.

No que se refere às candidaturas apresentadas no âmbito do pedido de apoios pontuais ou anuais, quatro não foram avaliadas por não estarem devidamente instruídas (falta de documentação), tendo as entidades sido notificadas para apresentação da documentação em falta.

Ainda neste âmbito e nesta fase, foi proposta a exclusão de uma das candidaturas apresentadas, num caso porque não tem sede social nem prevê desenvolver atividades no Concelho ao longo de 2016, nos termos das alíneas b) e c) do artigo n.º 5º do Regulamento

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

Municipal e noutro, porque a classificação obtida foi inferior ao valor estabelecido, de acordo com o nº 6 do artº 13º do mesmo regulamento.

Estas entidades foram objeto de audiência prévia nos termos dos artigos n.º 121 e 122 do Código de Procedimento Administrativo, regulado pelo Dec. Lei nº 4/20115 de 7 de janeiro.

A classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no n.º 4 e 5 do artigo 13.º do regulamento.

Após a avaliação efetuada, foram obtidos os seguintes resultados:

Registo	Entidade	Objetivo	NIF	Classificação
E/8098/2015	APD - Associação Portuguesa de Deficientes	Atividades na área desportiva em 2016	501129430	31,8
E/8153/2015	Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente	Patinagem de Velocidade	600076768	32,6
E/8171/2015	SOM - Sport Operário Marinhense	Xadrez, Voleibol, 28º Torneio de Voleibol de Praia (S. Pedro de Moel), 3º Torneio de Voleibol de praia "Super Jovem", 3º Torneio de Voleibol de Praia "Super Sênior".	501417702	38,6
E/7767/2015 + E/8181/2015	Clube Automóvel da Marinha Grande	Rallye Vidreiro 2016	501104305	42,4
E/8088/2015	Casa do Sport Lisboa e Benfica da Moita e Marinha Grande	Festival Hípico 2016	508144329	33,6
E/8108/2015	EAS - Academia de Futebol da Marinha Grande	Torneio de Futebol "Hotel Mar e Sol - Lagoinha Park"	509495281	33,8
E/8115/2015	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	7ª Prova de B.T.T.	501540563	30,6
E/8130/2015	SCM - Sporting Clube Marinhense	2º Torneio Mini Hockey	501150544	33,0
E/8131/2015	SCM - Sporting Clube Marinhense	3º Encontro de Mini Basquete	501150544	32,4
E/8134/2015	SCM - Sporting Clube Marinhense	Festival de Patinagem	501150544	32,8
E/8166/2015	Sociedade de Instrução e Recreio 1º de Maio	Andebol de Praia	501056467	39,2
E/8172/2015	Sociedade de Instrução e Recreio 1º de Maio	1.º Festand Internacional da Marinha Grande	501056467	39,0
E/8192/2015	IDV - Industrial Desportivo Vieirense	Prova de Atletismo	501254242	38,0

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

E/8207/2015	Clube Recreativo Amieirinhense	Grande Prémio de Atletismo	501163980	35,6
E/8218/2015	Clube Desportivo Moitense	2.ª Corrida à Lebre	501216049	28,6
E/8218/2015	Clube Desportivo Moitense	65.ª Circuito Ciclismo da Moita	501216049	36,4
E/8218/2015	Clube Desportivo Moitense	MoiTTa-2016 - Passeio Todo o Terreno do Clube Desportivo Moitense	501216049	21,8
E/8223/2015	Clube de Atletismo da Marinha Grande	Milha de Cristal 2016	503912530	37,0
E/8224/2015	Clube de Atletismo da Marinha	11.ª Corta-Mato Jovem Rota do Vidro 2016	503912530	30,6
E/8225/2015	Clube de Atletismo da Marinha Grande	Meeting Fernando Alves 2016	503912530	36,8

Nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos.

Atendendo a que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal propõe-se, em função da classificação final obtida em sede de avaliação, a admissão das dezanove candidaturas abaixo indicadas, **por as mesmas terem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos:**

Atividades Anuais

Registo	Entidade	Objetivo	NIF	Classificação	Proposta
E/8098/2015	APD - Associação Portuguesa de Deficientes	Atividades na área desportiva em 2016	501129430	31,8	Admitir
E/8153/2015	Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente	Patinagem de Velocidade	600076768	32,6	Admitir
E/8171/2015	SOM - Sport Operário Marinhense	Xadrez, Voleibol, 28.º Torneio de Voleibol de Praia (S. Pedro de Moel), 3.º Torneio de Voleibol de praia "Super Jovem", 3.º Torneio de Voleibol de Praia "Super Sénior".	501417702	38,6	Admitir

Atividades Pontuais:

Registo	Entidade	Objetivo	NIF	Classificação	Proposta
E/7767/2015 + E/8181/2015	Clube Automóvel da Marinha Grande	Rallye Vidreiro 2016	501104305	42,4	Admitir

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
31/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

E/8088/2015	Casa do Sport Lisboa e Benfica da Moita e Marinha Grande	Festival Hípico 2016	508144329	33,6	Admitir
E/8108/2015	EAS - Academia de Futebol da Marinha Grande	Torneio de Futebol "Hotel Mar e Sol - Lagoinha Park"	509495281	33,8	Admitir
E/8115/2015	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	7ª Prova de B.T.T.	501540563	30,6	Admitir
E/8130/2015	SCM - Sporting Clube Marinhense	2º Torneio Mini Hockey	501150544	33,0	Admitir
E/8131/2015	SCM - Sporting Clube Marinhense	3º Encontro de Mini Basquete	501150544	32,4	Admitir
E/8134/2015	SCM - Sporting Clube Marinhense	Festival de Patinagem	501150544	32,8	Admitir
E/8166/2015	Sociedade de Instrução e Recreio 1º de Maio	Andebol de Praia	501056467	39,2	Admitir
E/8172/2015	Sociedade de Instrução e Recreio 1º de Maio	1.º Festand Internacional da Marinha Grande	501056467	39,0	Admitir
E/8192/2015	IDV - Industrial Desportivo Viegense	Prova de Atletismo	501254242	38,0	Admitir
E/8207/2015	Clube Recreativo Amieirinhense	Grande Prémio de Atletismo	501163980	35,6	Admitir
E/8218/2015	Clube Desportivo Moitense	2.ª Corrida à Lebre	501216049	28,6	Admitir
E/8218/2015	Clube Desportivo Moitense	65.ª Circuito Ciclismo da Moita	501216049	36,4	Admitir
E/8223/2015	Clube de Atletismo da Marinha Grande	Milha de Cristal 2016	503912530	37,0	Admitir
E/8224/2015	Clube de Atletismo da Marinha	11ª Corta-Mato Jovem Rota do Vidro 2016	503912530	30,6	Admitir
E/8225/2015	Clube de Atletismo da Marinha Grande	Meeting Fernando Alves 2016	503912530	36,8	Admitir

As candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente conforme disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (alterada pelas leis n.º 22/2015, de 17 de março, lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro e lei n.º 20/2012, de 14 de maio).

Relativamente à candidatura que obteve uma pontuação abaixo dos 25 pontos, a entidade foi notificada em sede de audiência prévia, nos termos do artigo 121.º e 122.º do Decreto-Lei

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

n.º 4/2015, de 7 de janeiro, da intenção do Município da Marinha Grande proceder à exclusão da candidatura, tendo já decorrido o prazo de dez dias úteis estabelecido pelo Dec. Lei acima referido, sem que a entidade se pronunciasse sobre a intenção do Município.

Por fim, é proposta exclusão da candidatura da candidatura da Associação de Ginástica do Distrito de Leiria, uma vez que não cumpre os requisitos previstos nas alíneas b) e c) do art.º 5.º do Regulamento.

Em anexo é apresentado o relatório da comissão de apreciação das candidaturas a Apoios ou benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, as respetivas grelhas de avaliação, com a pontuação parcial e classificação final, bem como cópia do despacho de nomeação da comissão de avaliação.

A Câmara Municipal analisou todos os documentos e a proposta apresentada e delibera, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir as candidaturas abaixo indicadas, ficando as mesmas selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Atividades Anuais

Registo	Entidade	Objetivo	NIF	Classificação	Proposta
E/8098/2015	APD - Associação Portuguesa de Deficientes	Atividades na área desportiva em 2016	501129430	31,8	Admitir
E/8153/2015	Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente	Patinagem de Velocidade	600076768	32,6	Admitir
E/8171/2015	SOM - Sport Operário Marinhense	Xadrez, Voleibol, 28º Torneio de Voleibol de Praia (S. Pedro de Moel), 3º Torneio de Voleibol de praia "Super Jovem", 3º Torneio de Voleibol de Praia "Super Sénior".	501417702	38,6	Admitir

A Câmara Municipal delibera ainda, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir as candidaturas abaixo indicadas, ficando as mesmas selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

Atividades Pontuais:

Registo	Entidade	Objetivo	NIF	Classificação	Proposta
E/7767/2015 + E/8181/2015	Clube Automóvel da Marinha Grande	Rallye Vidreiro 2016	501104305	42.4	Admitir
E/8088/2015	Casa do Sport Lisboa e Benfica da Moita e Marinha Grande	Festival Hipico 2016	508144329	33.6	Admitir
E/8108/2015	EAS - Academia de Futebol da Marinha Grande	Torneio de Futebol "Hotel Mar e Sol - Lagoinha Park"	509495281	33.8	Admitir
E/8115/2015	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	7ª Prova de B.T.T.	501540563	30.6	Admitir
E/8130/2015	SCM - Sporting Clube Marinhense	2º Torneio Mini Hockey	501150544	33.0	Admitir
E/8131/2015	SCM - Sporting Clube Marinhense	3º Encontro de Mini Basquete	501150544	32.4	Admitir
E/8134/2015	SCM - Sporting Clube Marinhense	Festival de Patinagem	501150544	32.8	Admitir
E/8166/2015	Sociedade de Instrução e Recreio 1º de Maio	Andebol de Praia	501056467	39.2	Admitir
E/8172/2015	Sociedade de Instrução e Recreio 1º de Maio	1.º Festand Internacional da Marinha Grande	501056467	39.0	Admitir
E/8192/2015	IDV - Industrial Desportivo Viegense	Prova de Atletismo	501254242	38.0	Admitir
E/8207/2015	Clube Recreativo Amieirinhense	Grande Prémio de Atletismo	501163980	35.6	Admitir
E/8218/2015	Clube Desportivo Moitense	2.ª Corrida à Lebre	501216049	28.6	Admitir
E/8218/2015	Clube Desportivo Moitense	65.º Circuito Ciclismo da Moita	501216049	36.4	Admitir
E/8223/2015	Clube de Atletismo da Marinha Grande	Milha de Cristal 2016	503912530	37.0	Admitir
E/8224/2015	Clube de Atletismo da Marinha	11º Corta-Mato Jovem Rota do Vidro 2016	503912530	30.6	Admitir
E/8225/2015	Clube de Atletismo da Marinha Grande	Meeting Fernando Alves 2016	503912530	36.8	Admitir

Delibera ainda, EXCLUIR a seguintes candidaturas, atenta a seguinte fundamentação:

Por ter obtido uma classificação inferior a 25 pontos, nos termos do n.º 4 e 6 do artigo 13.º do Regulamento.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

Registo	Entidade	Objetivo	NIF	Classificação	Proposta
E/8218/2015	Clube Desportivo Moitense	MoiTTa-2016 - Passeio Todo o Terreno do Clube Desportivo Moitense	501216049	21,8	Exclusão

Por não cumprir o disposto na alínea b) e c) do artigo 5.º do regulamento:

Registo	Entidade	Objetivo	NIF	Classificação	Proposta
E/107615/2015	Associação de Ginástica do Distrito de Leiria	Plano Anual de Atividades	503576310	-	Exclusão

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objectividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. Pela análise do processo e tendo em conta os critérios de apoio destinados ao desporto federado (definidos em reunião de 26.09.2002), há modalidades que nunca serão consideradas, veja-se o exemplo da patinagem de velocidade. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Passaram seis meses desde que as associações entregaram os seus planos e orçamentos e temos 1/4 do ano decorrido, sendo que há alguns destes eventos que já se realizaram.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação."

23 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO E PROPOSTA DE ADMISSÃO E EXCLUSÃO DE CANDIDATURAS – ÁREA SOCIAL

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira solicitou dispensa de intervir na avaliação da candidatura da ADESER, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 69.º, e n.º 1, alínea a) do artigo 73.º do Código do Procedimento Administrativo, na medida em que faz parte dos Órgãos Sociais desta entidade.

O Sr. Presidente declarou o referido impedimento, nos termos do n.º 4 do artigo 70.º do Código do Procedimento Administrativo.

207 - Presente informação n.º 381, datada de 22 de março de 2016, bem como relatório da Comissão de Avaliação de candidaturas nomeada através do despacho do Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 525/2015, datado de 12 de novembro de 2015, relativa à proposta de admissão e exclusão de candidaturas nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento.

Foram rececionadas 15 candidaturas para apoio a projetos, atividades ou infraestruturas na área social:

REGISTO	DATA DE ENTRADA	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	TIPO
E/8216/2015	29/09/2015	A.P.D.P. – Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson	504058550	Execução do Plano de Atividades	Anual
E/8227/2015	30/09/2015	A.N.O. II – Associação Novo Olhar II	510280013	Porta Azul e Loja Social	Anual
E/8002/2015	25/09/2015	ADESER II – Associação para o	505933870	Salas de Estudo, Gab. Mão Aberta e	Anual

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

		Desenvolvimento Económico e Social da Região da Marinha Grande		Apoio a Crianças/Jovens em Risco	
E/8027/2015	25/09/2015	A.P.D – Associação Portuguesa de Deficientes	501129430	Atividades na área social e recreativa em 2016	Anual
E/8093/2015	28/09/2015	PVMG – Projetos de Vida	513219161	Apoio financeiro e transporte para atividades 2016	Anual
E/8112/2015	28/09/2015	A.S.C.D.C.G. - Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	501540563	Apoio domiciliário, centro de dia e centro de convívio	Anual
E/8148/2015	30/09/2015	ASURPI – Associação Sindical União Reformados Pensionistas Idosos	502870419	Convívios Sénior – Viagens e ofertas de brindes	Anual
E/7901/2015	22/09/2015	CRPI – Comissão de Reformados Pensionistas Idosos	506171795	Almoço Convívio de Natal 2016	Pontual
E/7938/2015	23/09/2015	Casa do Pessoal da CMMG	504190466	Festa e cabaz de Natal	Pontual
E/8142/2015	30/09/2015	COOPOVO da Marinha Grande	500596387	Documentário, Produção e Publicação do livro " 40 anos, 40 vozes: A História da COOPOVO pela voz dos seus construtores	Pontual
E/8150/2015	30/09/2015	ASURPI – Associação Sindical União Reformados Pensionistas Idosos	502870419	Almoço de Natal 2016	Pontual
E/8152/2015	30/09/2015	ASURPI – Associação Sindical União Reformados Pensionistas Idosos	502870419	Comemorações do Aniversário	Pontual
E/8116/2015	28/09/2015	A.S.C.D.C.G. - Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	501540563	Aquisição de equipamentos hoteleiros para a cozinha	Infraestruturas
E/8146/2015	30/09/2015	ASURPI – Associação Sindical União Reformados Pensionistas Idosos	502870419	Obras de requalificação/beneficiação	Infraestruturas
E/8210/2015	29/09/2015	SÃO SILVESTRE – Associação de Solidariedade Social da Moita-	506617939	Apoio à construção de instalações	Infraestruturas

Das quinze candidaturas apresentadas, uma foi retirada pela entidade que a apresentou e três não foram ainda avaliadas pela comissão de apreciação por falta de elementos necessários à tramitação das mesmas.

É ainda proposta a exclusão da candidatura da ANO II, fundamentada nos termos do artigo 6.º e do n.º 5 do artigo 23.º do regulamento municipal.

Deste modo, foram objeto de avaliação pela Comissão de Avaliação dez das candidaturas apresentadas.

A classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no n.º 4 e 5 do artigo 13.º do regulamento.

Após a avaliação efetuada, foram obtidos os seguintes resultados:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

Atividades Anuais:

REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/8002/2015	ADESER II – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social da Região da Marinha Grande	505933870	Salas de Estudo, Gabinete Mão Aberta e Apoio a Crianças/Jovens em Risco	33,8
E/8027/2015	A.P.D. – Associação Portuguesa de Deficientes	501129430	Atividades na área social e recreativa em 2016	31
E/8112/2015	A.S.C.D.C.G. - Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	501540563	Apoio domiciliário, centro de dia e centro de convívio	34,6
E/8216/2015	A.P.D.P. – Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson	504058550	Execução do Plano de Atividades	29,8

Atividades Pontuais:

REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/7901/2015	CRPI – Comissão de Reformados Pensionistas Idosos	506171795	Almoço Convívio de Natal 2016	25
E/8148/2015	ASURPI – Associação Sindical União Reformados Pensionistas Idosos	502870419	Convívios Sénior – Viagens e ofertas de brindes	24,2
E/8150/2015	ASURPI – Associação Sindical União Reformados Pensionistas Idosos	502870419	Almoço de Natal 2016	25
E/8152/2015	ASURPI – Associação Sindical União Reformados Pensionistas Idosos	502870419	Comemorações do Aniversário	19,2

Infraestruturas:

REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/8116/2015	A.S.C.D.C.G. - Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	501540563	Aquisição de equipamentos hoteleiros para a cozinha	33,6
E/8210/2015	SÃO SILVESTRE – Assoc. de Solidariedade Social da Moita-	506617939	Apoio à construção de instalações	35

Nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos.

Atendendo a que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal propõe-se, em função da classificação final obtida em sede de avaliação, a admissão das seguintes candidaturas, **por as mesmas terem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos:**

Atividades Pontuais:

REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/7901/2015	CRPI – Comissão de Reformados Pensionistas Idosos	506171795	Almoço Convívio de Natal 2016	25	ADMITIR
E/8150/2015	ASURPI – Associação Sindical União Reformados Pensionistas Idosos	502870419	Almoço de Natal 2016	25	ADMITIR

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

Atividades Anuais:

REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/8002/2015	ADESER II – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social da Região da Marinha Grande	505933870	Salas de Estudo, Gab. Mão Aberta e Apoio a Crianças/Jovens em Risco	33,8	ADMITIR
E/8027/2015	A.P.D – Associação Portuguesa de Deficientes	501129430	Atividades na área social e recreativa em 2016	31	ADMITIR
E/8112/2015	A.S.C.D.C.G. - Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	501540563	Apoio domiciliário, centro de dia e centro de convívio	34,6	ADMITIR
E/8216/2015	A.P.D.P. – Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson	504058550	Execução do Plano de Atividades	29,8	ADMITIR

Infraestruturas:

REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/8116/2015	A.S.C.D.C.G. - Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	501540563	Aquisição de equipamentos hoteleiros para a cozinha	33,6	ADMITIR
E/8210/2015	SÃO SILVESTRE – Assoc. de Solidariedade Social da Moita-	506617939	Apoio à construção de instalações	35	ADMITIR

Relativamente às duas candidaturas que obtiveram uma pontuação abaixo dos 25 pontos, a entidade foi notificada em sede de audiência prévia, nos termos do artigo 121.º e 122.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, da intenção do Município da Marinha Grande proceder à exclusão da candidatura, estando a decorrer o prazo para a entidade se pronunciar.

As candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente conforme disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (alterada pelas leis n.º 22/2015, de 17 de março, lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro e lei n.º 20/2012, de 14 de maio).

Por fim, é proposta exclusão da candidatura abaixo indicada, fundamentada nos termos do artigo 6.º e do n.º 5 do artigo 23.º do regulamento municipal, por a entidade se encontrar em situação de incumprimento para com a Câmara Municipal:

REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/8227/2015	A.N.O. II – Associação Novo Olhar II	510280013	Porta Azul e Loja Social	-	EXCLUIR

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

Em anexo é apresentado o relatório da comissão de apreciação das candidaturas a Apoios ou benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, as respetivas grelhas de avaliação, com a pontuação parcial e classificação final, bem como cópia do despacho de nomeação da comissão de avaliação.

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir as candidaturas abaixo indicadas, ficando as mesmas selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Atividades Anuais:

REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/7901/2015	CRPI – Comissão de Reformados Pensionistas Idosos	506171795	Almoço Convívio de Natal 2016	25	ADMITIR
E/8150/2015	ASURPI – Associação Sindical União Reformados Pensionistas Idosos	502870419	Almoço de Natal 2016	25	ADMITIR

A Câmara Municipal delibera ao abrigo das alíneas o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir as candidaturas abaixo indicadas, ficando as mesmas selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Atividades Anuais

REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/8002/2015	ADESER II – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social da Região da Marinha Grande	505933870	Salas de Estudo, Gab. Mão Aberta e Apoio a Crianças/Jovens em Risco	33,8	ADMITIR
E/8027/2015	A.P.D – Associação Portuguesa de Deficientes	501129430	Atividades na área social e recreativa em 2016	31	ADMITIR
E/8112/2015	A.S.C.D.C.G. - Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	501540563	Apoio domiciliário, centro de dia e centro de convívio	34,6	ADMITIR
E/8216/2015	A.P.D.P. – Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson	504058550	Execução do Plano de Atividades	29,8	ADMITIR

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

Infraestruturas

REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/8116/2015	A.S.C.D.C.G. - Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	501540563	Aquisição de equipamentos hoteleiros para a cozinha	33,6	ADMITIR
E/8210/2015	SÃO SILVESTRE – Assoc. de Solidariedade Social da Moita-	506617939	Apoio à construção de instalações	35	ADMITIR

Delibera ainda, ao abrigo do n.º 4 e 6 do artigo 13.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, EXCLUIR a seguinte candidatura, atenta a seguinte fundamentação:

Nos termos do n.º 5 do artigo 23.º do regulamento:

REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/8227/2015	A.N.O. II – Associação Novo Olhar II	510280013	Porta Azul e Loja Social	-	EXCLUIR

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objectividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. Pela análise do processo e tendo em conta os critérios de apoio destinados ao desporto federado (definidos em reunião de 26.09.2002), há modalidades que nunca serão consideradas, veja-se o exemplo da patinagem de velocidade.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Passaram seis meses desde que as associações entregaram os seus planos e orçamentos e temos 1/4 do ano decorrido, sendo que há alguns destes eventos que já se realizaram.

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação."

24 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO E PROPOSTA DE ADMISSÃO E EXCLUSÃO DE CANDIDATURAS – OUTRAS ATIVIDADES

208 - Presente Relatório da Comissão de avaliação das candidaturas datado de 12-02-2016, que aqui se dá por integralmente reproduzido e que fica anexo à ata, com proposta de admissões, classificações e exclusões, nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento.

Presente informação n.º 1/396/2016 na qual se sintetizam os procedimentos adotados pela Comissão de avaliação das candidaturas e que conclui no mesmo sentido daquela Comissão.

A classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no n.º 4 e 5 do artigo 13.º do regulamento.

Foi rececionada a seguinte candidatura a apoio financeiro:

REGISTO	DATA DE ENTRADA	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	TIPO
E/8168/2015	30/09/2015	APAMG – Associação Protetora de Animais da Marinha Grande	506924211	Acolhimento e tratamento de animais abandonados no Concelho	Anual

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

Nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos.

Após a avaliação efetuada, foram obtidos os seguintes resultados:

Registo	Entidade	Objetivo	NIF	Classificação
E/8168/2015	APAMG – Associação Protetora de Animais da Marinha Grande	Acolhimento e tratamento de animais abandonados no Concelho	506924211	37.4

A candidatura admitida fica selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente conforme disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (alterada pelas leis n.º 22/2015, de 17 de março, lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro e lei n.º 20/2012, de 14 de maio).

A Câmara Municipal analisou todos os documentos e a proposta apresentada e delibera, ao abrigo das alíneas o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir as candidaturas abaixo indicadas, ficando as mesmas selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Atividades Anuais

Registo	Entidade	Objetivo	NIF	Classificação	Proposta
E/8168/2015	APAMG – Associação Protetora de Animais da Marinha Grande	Acolhimento e tratamento de animais abandonados no Concelho	506924211	37.4	Admitir

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita "a revisão do processo de atribuição de subsídios..."

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objectividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. Pela análise do processo e tendo em conta os critérios de apoio destinados ao desporto federado (definidos em reunião de 26.09.2002), há modalidades que nunca serão consideradas, veja-se o exemplo da patinagem de velocidade. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Passaram seis meses desde que as associações entregaram os seus planos e orçamentos e temos 1/4 do ano decorrido, sendo que há alguns destes eventos que já se realizaram.

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação."

25 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia trinta de março de dois mil e dezasseis, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **"Total de Disponibilidades"**:

8.355.077,02 € (oito milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil e setenta e sete euros e dois cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

26 - REQ. N. 394/16, DATADO DE 15/03/2016 – PC N.º 91/16, DATADO DE 15/03/2016 – REINADOS E PREDICADOS LDA

Antes da votação registaram-se as seguintes intervenções:

O **Sr. Vereador António Santos** deu os parabéns aos promotores, desejou-lhes os maiores sucessos e congratulou-se pelo facto de virem para o centro histórico, pois ao logo dos seis anos de mandato sempre se bateu pela sua revitalização.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** também se congratulou pela iniciativa, que considera uma alavanca na regeneração urbana do centro tradicional, tendo oferecido todo o seu apoio.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que aprova e que se congratula pela iniciativa, arriscando até manifestar todo o apoio que legalmente a Câmara possa fornecer. Considera que a oferta hoteleira da Marinha Grande vai ser melhorada, especialmente num segmento mais jovem. Faz votos para que tenham muito êxito e sucesso no negócio.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que fica duplamente satisfeito, por um lado, por o centro ter vida, e por este espaço ser para um hostel e não para outros fins. Aqui o empreendedor é o privado e a Câmara tem a obrigação de ser facilitadora, sendo célere nas respostas que irá dar.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** também se congratulou com o projeto, pois sempre defendeu a humanização do centro. Ofereceu a sua ajuda, e embora seja um projeto privado, entende que deve ser acarinhado pela Câmara, que deverá ajudar a iniciativa privada, respondendo sempre que possível.

O **Sr. Presidente** deu os parabéns aos promotores por virem para a Marinha Grande e acreditarem neste projeto, que é um projeto de qualidade. Enquadra-se no projeto de regeneração urbana do PEDU e também da ligação das ciclovias que se encontra prevista. Esta rapidez na apreciação do processo é já um sinal prático de que a Câmara, dentro da legalidade, pretende facilitar este empreendimento.

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** referiu que subscreve as palavras do Sr. Presidente.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

Terminadas as intervenções, O Sr. Presidente pôs avotação a seguinte proposta:

209 - Presente pedido com o registo n.º 394/16, datado de 15/03/2016, solicitando a aprovação do **projeto de arquitetura** a que se reporta o processo de **licenciamento de obras de alteração** com o n.º 91/16, com data de entrada de 15/03/2016, apresentado por **REINADOS E PREDICADOS LDA**, com o NIPC 513 861 769, com sede na Praça Stephens, Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande, a realizar no edifício sito na Praça Stephens e rua Machado Santos, 2, 4, 6 e 8, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20175 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 20042-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, para **instalação de uma unidade de alojamento local (Hostel), comércio e serviços**;

Presente informação técnica, datada de 29/03/2016, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura apresentado em condições de ser deferido;

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura a que se reporta o processo de licenciamento de obras de alteração com o n.º 91/16, com data de entrada de 15/03/2016, apresentado por REINADOS E PREDICADOS LDA, com o NIPC 513 861 769, com sede na Praça Stephens, Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande, a realizar no edifício sito na Praça Stephens e rua Machado Santos, 2, 4, 6 e 8, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20175 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 20042-P, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, para instalação de uma unidade de alojamento local (Hostel), comércio e serviços, com os seguintes condicionalismos:

1.- Apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente decisão, dos seguintes elementos:

1.1.- Parecer favorável da Direção Geral do Património Cultural (DGPC), de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 43º do Decreto-Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro;

1.2.- Projectos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

2.- Execução da totalidade dos trabalhos que se vierem a considerar como necessários ao bom acabamento da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
31/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

Antes de dar por encerrada a reunião, o Sr. Presidente informou o seguinte:

A Secretária de Estado vai retomar o Programa Simplex, e que a CMMG vai fazer essa desburocratização e desmaterialização paulatinamente.

A análise e o diagnóstico estão na reta final e as linhas mestras estão definidas.

Solicitou ao Sr. Vereador Carlos Logrado que coordenasse e liderasse este processo, que tem mais a ver com o perfil profissional do que com o aspeto político.

Já visitou uma Câmara onde o processo de desmaterialização demorou 7 anos, mas espera que aqui não seja tão demorado.

Vai atribuir tarefas ao Sr. Vereador Logrado dentro deste programa, mas pede que assumam este projeto como um projeto de todos. Se tiverem sugestões e contributos a dar que os façam chegar. Oportunamente será também dado conhecimento aos funcionários.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** falou por si e pela **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho**, referindo que estão disponíveis e darão toda a colaboração enquanto Vereadores.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que pretende apenas reforçar as palavras do Sr. Presidente. A fase de diagnóstico está feita, está à disposição para responder a todas as dúvidas, e agradece todos os contributos.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que precisa de ver todos os dossiers, pois desconhece o trabalho que está feito. Só assim pode dar contributos.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que o PMA tem como objetivo final a desmaterialização da CMMG. A modernização está lado a lado com a simplificação, e neste programa o objetivo é o resultado na ótica dos munícipes, visando a sua satisfação e felicidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

210 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 13:00 horas.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
31/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

No final foi elaborada esta ata, que eu, **Maria Fernanda Carvalho Vaz**,
Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º
75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião